



PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS

PRODUTO 1

Plano de Trabalho



PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS

PRODUTO 1 PLANO DE TRABALHO

Assessoria Técnica do IBAM ao processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras (Revisão do Plano Diretor Municipal, revisão da Legislação Urbana e elaboração do Plano de Mobilidade do Município de Vassouras – RJ), no âmbito do Termo de Contrato nº 073/2020.

NOVEMBRO 2020

Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ

Prefeito - Severino Ananias Dias Filho

Secretário de Governo e Planejamento – Geovani Nunes Dornelas

Coordenação Técnica - Viviane Nayala Corner (Arquiteta e Urbanista) – Setor PROJETE;

Eliane dos Santos Souza (Arquiteta e Urbanista) – DAAFS.

Equipe de Apoio Técnico

Lúcia Lebre	Setor PROJETE	Keilla Miranda	Setor DEPAC
Cristiano Barreto		Mariana Gatzke	
Raphael Alves		Suellen Lopes de Souza	Setor de Comunicação Social
Alexandre Athayde		Igor Ramos	
Fábio Luciano		Antônio Couto jardim	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
Daniela Tamioso	Lucas da Silva Portela		
Fábio Costa Nascimento	Setor DAAFS	Thais Pereira	Setor de Cadastro
Mauricy Olegário		Jaqueline Melo	
Solange Rodrigues		Rodolfo Orion Lebres Bontempo	Setor de Informática e Tecnologia da Informação

Equipe Técnica Municipal

Mario Lúcio Ribeiro	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes	Adrielle Galvão	Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo
Beatriz Menezes		Emilu Carvalho Duque Estrada	
Lucia Helena Soares Coelho	Procuradoria Geral do Município	Ângela Maria da Silva	Secretaria Municipal de Cultura e Lazer
Rafael Bezerra		Thathiana Santiago de Medeiros	
Silmar Freitas de Oliveira	Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN)	Jamille Medeiros	Secretaria Municipal de Fazenda
Thiago Rosa da Silva	Fiscalização de Postura	*Rosa Maria Coelho de Almeida	Secretaria Municipal de Assistência Social
Carlos Luchi	Defesa Civil	*Leonardo Pereira da Rocha	Secretaria Municipal de Saúde
Enric Ferreira da Silva	Guarda Civil Municipal	Luiz Mário da Silva	Secretaria Municipal de Esporte
		Manira Selema Ferreira	Secretaria Municipal de Educação
Margarida Nóbrega	Setor de Eventos	Tainá de Freitas Duarte Aguiar	Secretaria Municipal de Administração

*Secretários das pastas. Técnicos da área poderão ser indicados posteriormente.

Instituto Brasileiro De Administração Municipal - IBAM

Superintendente Geral - Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Alexandre Santos

Supervisão Técnica - Ricardo Moraes

Coordenação Geral - Henrique Barandier

Coordenação da Revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística - Henrique Barandier e Jéssica Ojana

Coordenação da Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - Wallace Pereira

Coordenação de Revisão do Código de Obras e Código de Posturas - Luciana Hamada e Eduardo Domingues

Equipe Técnica IBAM

Henrique Barandier	Arquiteto e Urbanista	Patrícia Finamore	Engenheira Ambiental
Jéssica Ojana	Arquiteta e Urbanista	Bernardo Mercante	Sociólogo
Wallace Pereira	Engenheiro Civil	Eduardo Domingues	Consultor Jurídico
Luciana Hamada	Arquiteta e Urbanista	Michelle Valle	Arquiteta e Urbanista
Ricardo Moraes	Arquiteto e Urbanista	Ana Carolina de Souza	Estagiário de Arquitetura e Urbanismo
Eduardo Rodrigues	Geógrafo	Giovana Cavalcanti	Estagiário de Engenharia Ambiental

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO	8
2.1. EIXOS DO TRABALHO	8
2.2. PANDEMIA COVID-19.....	12
3. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	14
4. ETAPAS E ATIVIDADES	18
ETAPA 1 – ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO.....	18
ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO.....	19
ETAPA 3 – DISCUSSÃO DA REALIDADE ATUAL E ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES	22
ETAPA 4 – DETALHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	24
ETAPA 5 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E MINUTAS DE PROJETOS DE LEI.....	25
5. METODOLOGIA	27
5.1. INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPES DO IBAM E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS	28
5.2. PRODUÇÃO TÉCNICA	30
5.3. PROCESSO PARTICIPATIVO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	37
6. PRODUTOS	45
7. CRONOGRAMA	48
8. EQUIPE TÉCNICA	50

1. APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no primeiro produto relativo ao Contrato nº 073 /2020, celebrado entre a Município de Vassouras (RJ), por meio da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é a assessoria técnica e metodológica para elaboração dos Planos Integrados de Vassouras (PIV).

O IBAM é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1952, dedicada a apoiar os municípios, o governo nacional, os estaduais e os internacionais, na direção do aperfeiçoamento da gestão pública, na oferta mais eficaz de serviços, no fortalecimento de processos de descentralização, na promoção do desenvolvimento sustentável e na facilitação da intermediação entre movimentos e demandas sociais e no aperfeiçoamento de práticas de gestão. A missão do IBAM é, pois, promover – com base na ética, transparência e sem vínculo político-partidário – o desenvolvimento institucional da Administração Pública, especialmente a municipal, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento, objetivando uma sociedade democrática e justa.

O escopo de trabalho, expresso no Projeto Básico que orientação o processo licitatório para contratação do IBAM, envolve três grandes vertentes:

- Revisão do **Plano Diretor Municipal** de Vassouras e das **Leis de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo e Perímetros Urbanos**;
- Revisão e complementação do **Código de Obras** e o **Código de Posturas**;
- Elaboração do **Plano de Mobilidade Urbana**.

As três vertentes serão desenvolvidas de forma integrada e concomitante, segundo as etapas de trabalho previstas. Em razão dos conteúdos tratados, cada vertente obedecerá a processos próprios, podendo haver atividades técnicas e eventos públicos específicos de alguma delas ou que tratem conjuntamente dos temas. O processo de trabalho de trabalho buscará sempre e especialmente na consolidação dos anteprojetos de lei garantir a coerência entre os instrumentos a serem elaborados.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a revisão do Plano Diretor ocupa uma posição “guarda-chuva” na elaboração dos Planos Integrados de Vassouras, pela natureza do instrumento e amplitude dos temas nele abordados. Sendo o Plano Diretor o instrumento básico da política urbana, como estabelece a Constituição Federal, suas diretrizes orientarão a revisão da legislação urbanística, a elaboração do plano de mobilidade e a revisão dos Códigos de Obras e de Posturas.

Este produto 1 (Plano de Trabalho) tem por objetivo orientar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do referido contrato, com destaque para os aspectos técnicos envolvidos, a interação entre a equipe do IBAM e a equipe da Prefeitura, a metodologia para discussões com a sociedade, além da definição do cronograma de trabalho.

Registra-se que ao iniciar o processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras, estão em vigor medidas de controle sanitário em razão da pandemia do Covid-19. O contexto totalmente atípico exigiu a proposição de uma metodologia de trabalho adaptada às condições

atuais, em especial quanto ao processo participativo. Como se verá ao longo deste documento, apesar da situação apresentar desafios novos, vislumbra-se muitas possibilidades para que se garanta tanto a qualidade técnica como a participação social no processo de trabalho.

A elaboração deste produto foi precedida das seguintes atividades:

Reunião virtual

para apresentação das equipes do IBAM e de coordenação da Prefeitura Municipal (11/08/2020)



Reunião presencial

inicial na Prefeitura Municipal de Vassouras, com participação de técnicos de diversas secretarias (08/09/2020)



Visita de campo

para reconhecimento inicial do município e levantamento de dados e informações (09 e 10/09/2020)



Foi realizada, ainda, uma primeira reunião com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no dia 21/09/2020, num movimento inicial de cooperação institucional no processo de revisão dos Planos Integrados de Vassouras.

A partir da análise preliminar do contexto atual de Vassouras, da organização interna da Prefeitura e de informações básicas do Município, procedeu-se o detalhamento das etapas do trabalho, consolidado neste Plano de Trabalho, que além desta introdução é composto pelas seguintes partes:

- Contextualização do processo de trabalho;
- Histórico e caracterização do Município;
- Etapas e atividades;
- Metodologia;
- Produtos;
- Cronograma;
- Equipe Técnica;
- Anexos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Para contextualização do Plano de Trabalho aqui apresentado é necessário, discorre-se a seguir sobre dois aspectos que devem ser considerados para a boa compreensão das opções técnicas e metodológicas adotadas. O primeiro deles diz respeito ao próprio escopo que envolve três eixos de trabalho e cada um deles envolve problemáticas, requisitos técnicos e marcos legais próprios. O segundo aspecto se refere ao momento atual de pandemia do COVID-19 que ainda representa incertezas quanto às condições para realização de algumas atividades, em especial aquelas que podem envolver aglomeração de pessoas, como os eventos públicos.

O Plano de Trabalho, como se verá, parte da compreensão desses aspectos de contextos para estruturar o processo de trabalho de modo a garantir, simultaneamente, os requisitos técnicos e a segurança jurídica dos produtos, as adequadas condições de participação dos segmentos sociais nos debates públicos e a segurança sanitária de todos.

2.1. EIXOS DO TRABALHO

PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA COMPLEMENTAR

A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre a política urbana, define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e estabelece que a propriedade urbana cumprirá sua função social quando atendidas as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor (artigo 182, parágrafos 1º e 2º).

A partir da aprovação do Estatuto da Cidade pela Lei nº 10.257 de 10/07/2001, é reafirmada e ampliada a importância do Plano Diretor, permitindo aos Municípios uma atuação mais indutora do desenvolvimento urbano, firmando suas prerrogativas para a regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e promoção de intervenções urbanísticas dirigidas à garantia da função social da cidade. Esses preceitos constitucionais abriram perspectivas para o planejamento urbano municipal que requerem o adequado alinhamento conceitual entre o Plano Diretor e as demais normas urbanísticas para garantir as boas condições de aplicação da legislação local.

Principal instrumento para orientar o desenvolvimento urbano e territorial do município, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas, devendo ser revisado a cada dez anos, de acordo com o Estatuto da Cidade. Como o atual Plano Diretor de Vassouras é de 2007, faz-se necessária sua atualização, tanto por razões legais quanto pelas transformações experimentadas no município durante sua vigência.

O momento de revisão do Plano Diretor pode sempre se configurar como oportunidade para reforçar as bases do planejamento local e das capacidades institucionais, pois o novo plano será resultado do pacto social construído no processo de discussão com a sociedade sobre desafios, cenários e prioridades da cidade. De um lado, tal processo considera a ponderação sobre

qualidades e deseconomias urbanas hoje presentes, as necessidades de mitigação dos passivos socioambientais acumulados pela evolução da urbanização e de adaptação para maior resiliência da cidade, diante da incidência crescente dos eventos climáticos extremos. De outro lado, a identificação de interfaces entre a dinâmica urbana e nas demais áreas do território, sua inserção regional, além de alternativas ao alcance do Município para ativação de instrumentos e recursos identificados dentre suas práticas de gestão e potenciais.

No caso de Vassouras, parte-se do pressuposto de que o valor histórico e cultural de seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico é aspecto central para se pensar sua política de desenvolvimento urbano e, mais do que isso, as próprias perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município e seu papel na região.

Diversos outros elementos, no entanto, estão indicados na atual agenda urbana e ambiental dos municípios, envolvendo uma série de temas que deverão ser analisados na realidade de Vassouras. O ordenamento da ocupação urbana sem comprometimento do suporte ambiental é uma das linhas principais que devem nortear a elaboração e revisão dos planos diretores. Ao mesmo tempo em que deverão ser identificadas as potencialidades de desenvolvimento do Município, impõe-se a necessidade de assegurar o suprimento das demandas de infraestrutura e serviços e a melhoria permanente da qualidade de vida da população. O desafio de estimular o desenvolvimento econômico, social e urbano sem comprometer o meio ambiente requer visão estratégica, não só dos administradores, mas também dos agentes locais - sociais, econômicos ou comunitários.

O processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Vassouras tem, como premissa, partir justamente daquilo que está posto na realidade legal e institucional do Município, nas práticas instituídas e nas experiências acumuladas no âmbito da gestão municipal. Antes de 2007, registra-se, Vassouras já havia vivenciado outras experiências de planejamento urbano, que, de algum modo, influenciaram o desenvolvimento da cidade. Em 1978, o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SECPLAN), desenvolveu o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PFTMV). Segundo a publicação do relatório do PFTMV, que foi fruto de uma Ação Regional do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tinha como um dos seus objetivos-fim o disciplinamento do processo de crescimento urbano, ressaltando o crescimento desordenado de um grande número de cidades do Estado com “funções de turismo e veraneio” sem ordenamento ou infraestrutura, ocasionando a ocupação desordenada do solo e com “consequências negativas para o meio-ambiente e qualidade de vida da população” (PFTMV, 1978, s/p).

Segundo o Projeto Básico que orientou o processo licitatório para contratação de assessoria técnica para elaboração dos Planos Integrados de Vassouras, o relatório do PFTMV foi dividido em duas etapas: a primeira, de Caracterização e Proposições; e a segunda, de Legislação. Nesta última, foram aprovadas diversas leis, tais como o Plano de Zoneamento da Cidade e o Código de Obras, ambas ainda atualmente em vigor. O plano é abrangente e apresenta uma visão bem ampla do território do Município de Vassouras, provavelmente fruto da equipe técnica multidisciplinar que dele participou: arquitetos, sociólogo, engenheiro civil, geógrafas, engenheiro florestal e economista.

Após a aprovação do Plano de Zoneamento parte integrante do PFTMV, de 1978, em duas outras ocasiões foram elaborados planos e projetos para o desenvolvimento e ocupação de solo da cidade de Vassouras. O primeiro, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Vassouras, data de 1991, tendo veiculado proposta para um desenvolvimento autossustentado. Já o segundo, do ano de 2007, foi o Plano Diretor Participativo (PDP), que é a lei atualmente vigente. Já a legislação complementar (leis de uso e ocupação do solo) ainda permanece da década de 1970, com algumas alterações pontuais de redação.

Grande relevância na dinâmica urbana local deve ser creditada também à ação do IPHAN no município. O Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras foi reconhecido como patrimônio nacional em 1958, por meio do tombamento da área reconhecida atualmente como Centro Histórico. A atuação do IPHAN na proteção do Sítio Tombado tem como elemento guia a Portaria nº 12, de 18 de setembro de 1986, que incorporou critérios e parâmetros da legislação urbanística municipal vigente à época e que ainda permanecem em vigor. Essa é uma questão importante a ser observada, porque eventuais alterações da legislação urbanística, não terão o condão de mudar a norma de proteção do patrimônio de competência do órgão federal. Nesse sentido, atuação conjunta e harmoniosa entre as instituições no processo de revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística é essencial.

CÓDIGO DE OBRAS E CÓDIGO DE POSTURAS

O Código Municipal de Posturas e o Código Municipal de Obras e Edificações são os mais tradicionais instrumentos adotados pelas prefeituras para o controle urbanístico. Atualmente, a especialização temática do sofisticado ordenamento jurídico em temas implicados com a política urbana, sua correlação e interdependência, e os passivos ambientais acumulados pelas cidades representam grande desafio para a maioria dos Municípios, frente ao quadro de carência de sistemas de informações, capacitação técnica e aparelhamento para gestão.

Desde a promulgação da Constituição Federal (1988), com a multiplicação de leis e decretos para regulamentação de temas específicos no nível federal, determinando regras gerais e no estadual em seu rebatimento para o nível regional, há uma constante necessidade de adequação das regras locais. Tal demanda não se restringe à atualização da legislação municipal e seus instrumentos; vai além, nos mecanismos que devem ser providos pelos Municípios para adesão às políticas nacionais e estaduais, tendo em vista sua integração aos sistemas que as estruturam no contexto do pacto federativo brasileiro.

As competências atribuídas aos Municípios caracterizam o poder de polícia, que tem por objetivo limitar os interesses individuais, condicionando-os e restringindo-os em benefício das necessidades mais amplas da coletividade ou do próprio Estado. O fundamento do poder de polícia administrativo é o princípio da supremacia do interesse coletivo sobre o privado e, através dele, limitam-se os direitos individuais das pessoas em benefício do interesse coletivo.

A atualização de um Código de Obras e Edificações aborda questões emergentes, que vêm recebendo cada vez mais atenção da sociedade, do mundo técnico, científico e político, e que encontram no instrumento espaços adequados em resposta a essas preocupações. Dentre os temas atuais, que encontram ressonância nos Códigos de Obras e Edificações modernos,

contam-se aqueles baseados nas estatísticas demográficas brasileiras - questões de gênero, acessibilidade, longevidade e expectativa de vida -, como também aqueles que demandam soluções técnicas, em resposta às condições adversas, não só do Município, mas que o combate ou promoção fazem parte de um esforço maior - mudanças climáticas, conforto ambiental, eficiência energética, qualificação ambiental urbana, entre outros -, que o conectam com a contemporaneidade, seus problemas e desafios.

Tais demandas ocorrem em via de mão dupla com relação ao mercado e à produção imobiliária. Os Municípios, muitas vezes, têm dificuldades em avaliar tais empreendimentos, seja em razão da não previsão na lei, seja pela pressão dos agentes econômicos interessados. Soluções para o 'morar contemporâneo' devem ser balizadas não só pelas regras de mercado ou puramente edíficas, mas, sobretudo, pelos princípios e diretrizes da política urbana e pelo direito coletivo à cidade sustentável.

Para o favorecimento do conforto ambiental no ambiente construído, as condições climáticas do Município de Vassouras, que possui clima tropical de altitude, deverão ser consideradas no COE, restando traduzi-las em parâmetros. Tais parâmetros são essenciais, especialmente, para o favorecimento do conforto térmico nas edificações.

Um conteúdo específico do COE que ganha destaque em Vassouras, diz respeito à proteção e permanência do patrimônio histórico construído da Cidade, sobretudo em suas interações com a atividade econômica do turismo e previsões de uso e ocupação do solo da área em que se concentra. Ademais, a premissa obrigatória de adoção de condições de acessibilidade aos bens culturais, edificação de uso coletivo e de uso público se soma ao desafio de manutenção do uso do patrimônio histórico na contemporaneidade. Pelas razões apresentadas, entre tantas outras, o COE, ganha o viés e a responsabilidade de se constituir em um código de proteção ao consumidor do espaço construído produzido.

O Código de Posturas de Vassouras, por sua vez, foi revisado em 2015, num processo de criação de conselho com a participação de diversos segmentos da comunidade. No entanto, é necessária a verificação dos parâmetros da lei vigente e sua adequação e interação com as demais estratégias e parâmetros urbanísticos a serem propostos, em especial no âmbito do Plano de Mobilidade e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, cuja abordagem deverá encontrar ressonância nas Posturas Municipais, notadamente relativas à ocupação do espaço público pelas atividades econômicas, na garantia da circulação e acessibilidade de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida, bem como disposições de viés ambiental, como regras para fixação de placas e letreiros, com interface direta com a preservação de bens culturais protegidos.

Considerando a recente revisão desse instrumento pelo Município, o processo de trabalho deverá partir da identificação dos pontos que motivaram a administração a fazer esse novo movimento de adaptação do Código de Posturas.

PLANO DE MOBILIDADE URBANA

Em janeiro de 2012, foi promulgada a Lei Federal no 12.587, instituindo as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e estabelecendo exigências para adequação dos municípios à

nova lei. O artigo 24 da lei federal define o Plano de Mobilidade Urbana como instrumento de efetivação da Política Nacional para o setor, exigindo a sua formulação para os municípios já obrigados a elaborar o Plano Diretor (integrando-se a este), estabelecendo o seu conteúdo mínimo e fixando o prazo para a sua conclusão, embora esse venha sendo repetidas vezes postergado.

Para a Administração Municipal, o Plano de Mobilidade Urbana constitui renovada oportunidade de integração de várias políticas e instrumentos de planejamento municipal, como o Plano Diretor, o plano viário, os planos de obras, a agenda ambiental e as leis orçamentárias. Tratando-se na lei federal de matéria claramente direcionada às competências de planejamento local, é mister que o Município conte com a principal ferramenta para a gestão da mobilidade urbana, na forma do plano em tela.

O objetivo do Plano de Mobilidade Urbana é dotar o Município de diretrizes locais e de elenco indicativo de projetos e instrumentos de gestão capazes de nortear investimentos na melhoria da mobilidade urbana, nos seus diversos aspectos e modalidades, consentânea com as necessidades e peculiaridades locais. Trata-se de planejar ação abrangente de estruturação da mobilidade urbana na Cidade conforme um padrão de desempenho que responda às necessidades da dinâmica urbana, reforçando um modelo sustentável para o setor e de baixo impacto socioambiental local.

A assessoria técnica do IBAM ao Plano de Mobilidade de Vassouras, ao ser pautada pelas premissas atuais para o planejamento do setor, será norteadada pelos princípios do Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável - DOTS; pela promoção da qualidade ambiental urbana e premissas do conceito de cidade inclusiva.

* * *

A elaboração desses vários instrumentos municipais de planejamento requer um processo de trabalho que concilie produção técnica e participação social. A organização de uma base de informações aliada à discussão com os diferentes grupos sociais sobre os temas do desenvolvimento urbano permitirá ao Município de Vassouras estruturar de modo mais consistente o processo de planejamento que deve ser contínuo, reunindo as condições para implementação das propostas do Plano Diretor, Plano de Mobilidade Urbana e demais instrumentos da legislação municipal.

2.2. PANDEMIA COVID-19

A elaboração dos Planos Integrados de Vassouras tem início exatamente no momento em que vivenciamos a pandemia provocada pelo novo coronavírus, Covid-19. Ainda que a evolução da pandemia indique neste momento um quadro de diminuição do número de novos casos e óbitos, e a abertura gradativa de vários setores de atividades, sabe-se que a ausência de uma vacina disponível exigirá prudência, adoção de medidas de proteção e atenção em relação aos efeitos da dinâmica da doença em cada local. Se as prioridades imediatas devem ser as de proteção da vida e de garantia das condições para que toda a sociedade possa cumprir as medidas sanitárias em vigor a cada momento, é também desejável que os setores públicos e

privados busquem as alternativas para manter o funcionamento do máximo possível de atividades que possam se desenvolver sem o comprometimento do controle da pandemia.

Ao mesmo tempo que a pandemia produz impactos imediato na vida de todos, exige desde já a formulação de políticas para retomada das atividades econômicas e do convívio social. Para tanto, o processo de revisão do Plano Diretor e demais legislações pode trazer importantes reflexões e propostas, pois tem por objeto o principal suporte para tais atividades que é a cidade e o território municipal.

Não resta dúvida de que, além dos desafios usuais (que não são poucos, nem simples) em processos de revisão de planos diretores, o cenário atual da pandemia do Covid-19, exige nova abordagem operacional para a realização dos trabalhos de atualização do instrumento, tanto pela consultoria técnica, quanto pela Prefeitura. Assim, a reorientação de praxis metodológicas consagradas deverá combinar alternativas com a utilização de ferramentas que operam via internet e que permitam se garantir o cumprimento das obrigações legais que incidem em processos dessa natureza.

Compreende-se assim três tipos de atividades que poderão ser organizadas ao longo do processo de trabalho:

- **Atividades presenciais:** atividades que exigem a presença em campo da equipe do IBAM com a equipe da Prefeitura para troca de informações, mobilização e demais atividades. Para essas atividades deverão ser considerados os protocolos orientados pelas autoridades sanitárias, incluindo distanciamento adequado entre pessoas e o uso de equipamentos de proteção individual pelos participantes.
- **Atividades virtuais:** correspondem àquelas atividades que poderão ser realizadas através de videoconferências, entre elas reuniões de alinhamento e acompanhamento do trabalho entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal, ou ainda com outros atores-chaves para o processo de trabalho e, eventualmente reuniões setoriais.
- **Atividades híbridas (presenciais e virtuais):** Para determinados eventos como as audiências públicas, sugere-se que sejam feitas de forma mista, de modo a contemplar tanto participantes que podem estar presencialmente, respeitando as recomendações sanitárias, quanto aqueles que podem acompanhar e interagir através de plataformas de transmissão via internet. O exercício de utilização das ferramentas virtuais para a realização de debates com a população certamente traz muitos desafios, mas também demonstra que a participação pode ser muito ampliada a partir delas. Como se sabe, a realização de Audiências Públicas no âmbito de processos de revisão de planos diretores constitui obrigação legal, estabelecida na Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Assim, o Executivo Municipal deverá analisar a legislação municipal que regulamenta audiências públicas, caso exista, para adaptá-la para a realização de tais eventos de forma híbrida. Caso contrário, os procedimentos poderão ser estabelecidos no próprio edital de convocação.

Na hipótese de eventual agravamento da pandemia COVID-19 que imponha medidas mais rigorosas de isolamento social, as equipes de coordenação da Prefeitura e do IBAM deverão

avaliar os impactos sobre a condução do trabalho e estabelecer formatos de eventos adequados.

3. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Vassouras é um município do Estado do Rio de Janeiro, situado no Vale do Paraíba, na região Centro Sul Fluminense, a 116 km da capital do Estado. Faz limite com oito municípios: Valença, Rio das Flores, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Barra do Piraí. Atualmente, é dividido em quatro distritos: Vassouras (distrito-sede), Andrade Pinto, Sebastião Ferreiros e Sebastião Lacerda.

Figura 1. Localização do Município de Vassouras/RJ.



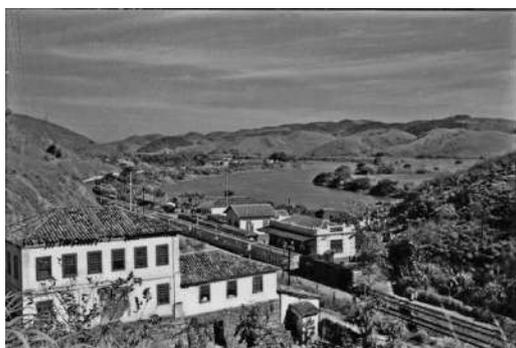
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Google Earth.

A ocupação do território do atual Município iniciou pela penetração por meio de duas regiões: a que se estende das margens dos Rios Paraíba e Paraibuna e vai até a Serra da Viúva e a da Sacra Família do Caminho Novo, em cujo extremo próximo da margem direita do Rio Paraíba, se erigiu a Vila de Vassouras. A expedição de Garcia Rodrigues Paes Leme entre 1700 e 1725, por essas regiões representou a chegada dos primeiros colonizadores ao território, quando foi construído o “Caminho Novo das Minas” para o escoamento da produção do ouro, em Minas Gerais, seguindo ao Porto do Rio de Janeiro, e então à Portugal. O povoado foi fundado em 1782, quando o açoriano Francisco Rodrigues Alves e seu sócio receberam uma sesmaria com decreto real de proteção, devido a sua localização no vale do Paraíba. A sesmaria era repleta de um tipo de arbusto muito abundante na região conhecido como “tupeçaba” ou “guaxima”, popularmente chamado de vassourinha. Daí a origem do nome Vassouras.

A ocupação, no entanto, se deu por volta de 1817-1820, quando duas estradas foram construídas: a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia, que tiveram como objetivo incentivar

povoamento da região. Segundo Muniz¹ (1979 *apud* MIRANDA, 2017) foi às margens da Estrada da Polícia que surgiram as vilas de Valença e Vassouras.

Por conta do clima e do solo, no início do século XIX, a região progrediu com o cultivo de cana-de-açúcar e, mais tarde, de café. Durante os anos de desenvolvimento do ciclo do café, Vassouras cresceu muito, se destacando-se como núcleo da aristocracia rural fluminense. As propriedades agrícolas de ‘Pau Grande’ e ‘Rocinha’ tornaram-se famosas pelo volume de produção cafeeira e Vassouras ganhou a alcunha de “Cidade dos Barões”, por conta da riqueza dos fazendeiros de café, barões e viscondes que lá residiam. Em 1833, foi elevada à categoria de vila e posteriormente à categoria de cidade em 29 de setembro de 1857.



Fonte: IBGE Cidades, sem registro de data



Fonte: Victor Frond, 1859, acervo ETMP/IPHAN-R *apud* Miranda, Keilla (2017)



Mapa 1858/61 – Formação da Vila de Vassouras/RJ.
Fonte: Biblioteca Nacional, *apud* Silva Telles, 1967, p.24 *apud* Miranda, Keilla (2017).

Durante a década de 1880, houve o declínio econômico do café na região por conta do não só da escassez da mão de obra escrava, mas também pelo esgotamento do solo da região, uso de técnicas agrícolas inadequadas e dívidas contraídas. Neste mesmo período, as culturas de café das áreas virgens ao norte e à oeste da cidade da São Paulo ultrapassaram largamente a produção do Vale do Paraíba (STEIN, 1985 *apud* MIRANDA, 2017). Em seu lugar, surgiram pequenas lavouras, principalmente de hortaliças e cereais, além da pecuária e da indústria.

Herança desse apogeu econômico, a cidade possui um centro histórico provido de palacetes e casarões que constituem um conjunto histórico urbanístico e paisagístico tombado pelo

¹ Um estudo sobre a Estrutura Fundiária do Vale do Paraíba Fluminense”, dissertação apresentada no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (Célia Muniz, 1979).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN desde 1958². Por conta de sua arquitetura e história, o município foi declarado como Estância Turística em 1984³ e é um dos principais destinos do Vale do Café⁴, região turística situada entre as Serras do Mar e da Mantiqueira. Atualmente, Vassouras também é uma cidade universitária, atraindo uma população jovem principalmente para os cursos de Medicina, Veterinária e Engenharias, entre outros.

Vassouras tem como principal via de acesso a BR-393, que alcança Barra do Piraí a sudeste e Paraíba do Sul a nordeste. A rodovia RJ-127 acessa Mendes a sudoeste; a RJ121 segue para Miguel Pereira, via Sacra Família do Tinguá, em Engenheiro Paulo de Frontin; a RJ-115 chega a Barão de Juparanã, em Valença, a noroeste e Miguel Pereira em leito natural, como também é a RJ-123 que segue rumo leste para a localidade de Avelar, em Paty do Alferes.

Em 2010, a população de Vassouras era de 34.410 habitantes. Num panorama geral, a população era maioria de mulheres e predominantemente formada por pessoas negras (pretas e pardas), com 45% da população na faixa entre 20 e 49 anos. A estimativa do IBGE para o ano de 2020 é de 37.083 habitantes, o que se confirmado representa um incremento de 7,77% na população. Com densidade demográfica de cerca de 63,9hab/km², a população é predominantemente urbana (67,4%). Em 1970, a taxa de urbanização do município era de 37,6% e em 2010 chegou a 67,4%, bem abaixo do observado no Estado do Rio de Janeiro (96,7%), e no Brasil (84,4%).

Tabela 1. Crescimento populacional

TERRITÓRIO	1970	1980	1991	2000	2010	2020*
Vassouras	41.148	44.318	28.649	31.451	34.410	37.083
Urbana	15.459	19.134	17.464	19.886	23.199	-
Rural	25.689	25.184	11.185	11.565	11.211	-
Rio de Janeiro	4.742.884	11.291.631	12.807.706	14.391.282	15.989.929	17.264.943
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	207.660.929

Fonte: IBGE Censos Demográficos - Dados do Universo. <https://sidra.ibge.gov.br/>.

*os números de 2020 são da estimativa do IBGE.

Segundo dados do IBGE, em 2010 o Município possuía um total de 1.209 domicílios particulares ocasionais, sendo o total de Domicílios em Vassouras, equivalente à 13.962. Se considerarmos as residências ocasionais pode-se estimar um acréscimo de população flutuante de cerca de

² Portaria nº 12/86 do IPHAN. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n._12_de_18_de_setembro_de_1986.pdf

³ Lei nº 818, de 24 de dezembro de 1984. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/7f3999becccf5eb60325656000596d54?OpenDocument>

⁴ Localizado no Vale do Paraíba Sul Fluminense, o Vale do Café é a denominação turística da região onde o café foi a principal fonte de renda no Século XIX. Os municípios de Vassouras, Valença, Rio das Flores, Barra do Piraí, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul e alguns distritos como Ipiabas e Conservatória, que pertencem a Barra do Piraí e Valença, respectivamente, destacam-se, pois ainda preservam no casario antigo, igrejas, estradas e fazendas, que pertenceram aos famosos barões do café, um importante capítulo da história do Brasil Imperial.

3.800 pessoas. De acordo com o Ranking Universitário da Folha de São Paulo em 2018⁵, a Universidade de Vassouras possuía 3.409 alunos, sendo que parte do corpo estudantil reside na cidade e outra faz o percurso pendular todos os dias, influenciando no tráfego diário do Município. Vale ressaltar, que o tema será aprofundado na análise do Diagnóstico Técnico.

A seguir apresenta-se uma ficha de caracterização com as principais informações demográficas do Município de Vassouras.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO

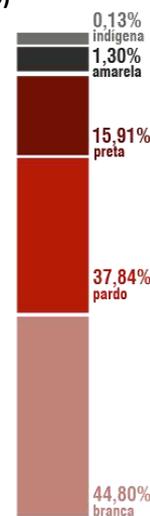
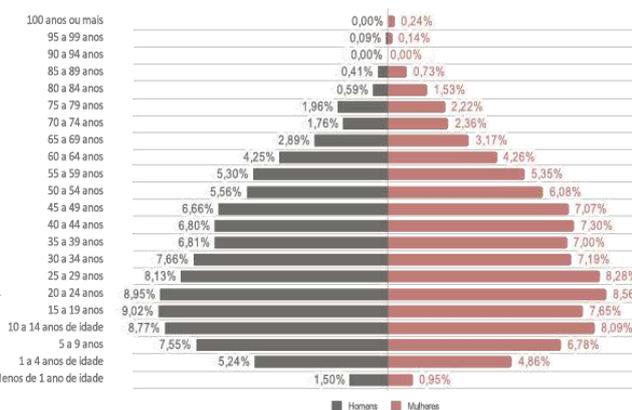
ÁREA DO MUNICÍPIO 536,762 km ²	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 63,94 hab/km ²	PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO: BR393, RJ127, RJ121, RJ123 e RJ115
POPULAÇÃO (estimativa 2020) 37.083 habitantes	POPULAÇÃO URBANA (2010) 23.199 habitantes	DOMICÍLIOS URBANOS OCUPADOS (2010) 7.762 domicílios
POPULAÇÃO (2010) 34.410 habitantes	POPULAÇÃO RURAL (2010) 11.211 habitantes	DOMICÍLIOS RURAIS OCUPADOS (2010) 3.338 domicílios
POPULAÇÃO (2000) 31.451 habitantes	TAXA DE URBANIZAÇÃO 67,4%	RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR (2010) 60,13% até 3 salários mínimos
IDHM (2010) 0,714 (Alto)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (6 A 14 ANOS) 98,8%	MORTALIDADE INFANTIL [2017] 10,22 óbitos por mil nascidos vivos

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E COR (IBGE,2010)

34.410 hab.



Segundo IBGE, a estimativa populacional do Município para o ano de 2020 é de 37,083 habitantes



POPULAÇÃO POR DISTRITO	1º Distrito Vassouras (Sede)	2º Distrito Andrade Pinto	3º Distrito São Sebastião dos Ferreiros	4º Distrito Sebastião Lacerda
TOTAL	29.353	2.277	1.197	1.583
URBANA	21922	963	278	36
RURAL	7431	1314	919	1.547

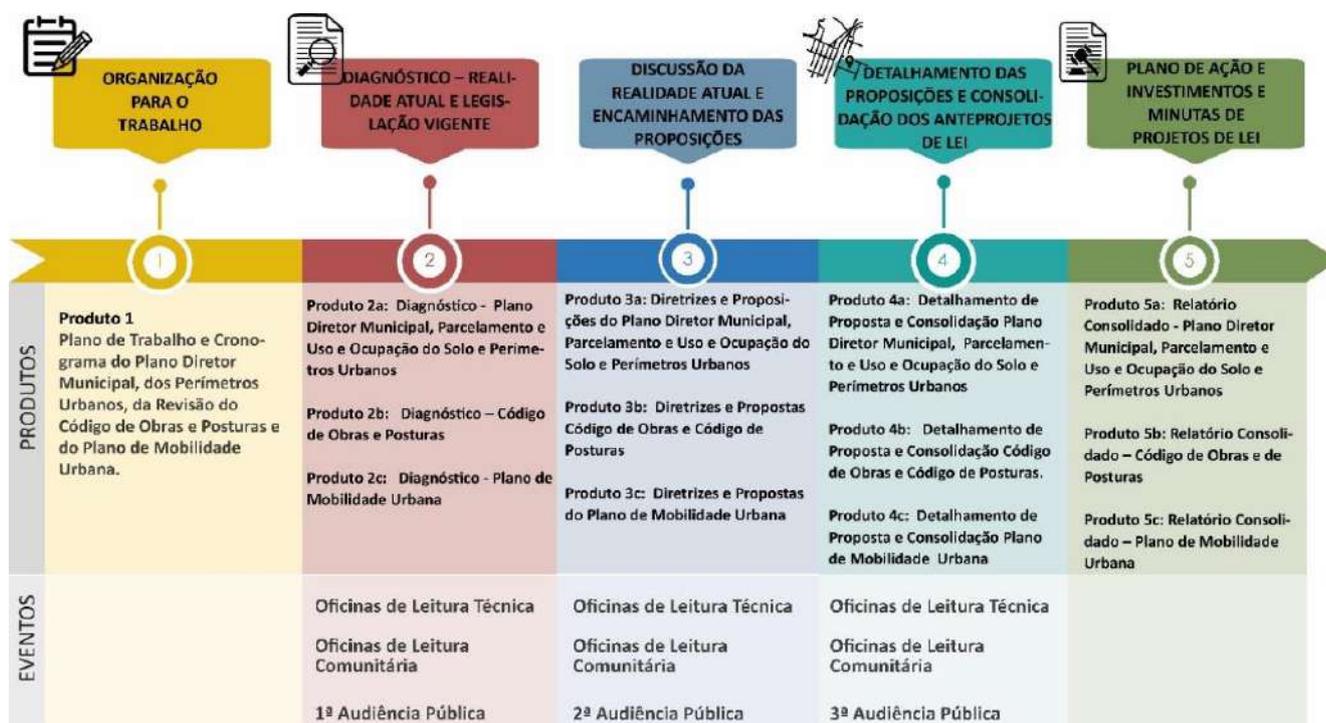
Fonte: IBGE Censos Demográficos - Dados do Universo. <https://sidra.ibge.gov.br/>.

⁵ <https://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-de-vassouras-140.shtml>

4. ETAPAS E ATIVIDADES

O desenvolvimento do trabalho está estruturado em 05 (cinco) etapas, prevendo-se em cada uma delas, como resultado, produtos específicos a serem elaborados ao longo de 10 (meses) meses. Considerando os ritos próprios na elaboração dos produtos de cada eixo, a proposta se organiza em três frentes interdependentes, tendo como pontos de interface a entrega dos produtos e os eventos de participação social, a saber as audiências públicas e as oficinas de leitura comunitária, como demonstra a Figura a seguir:

Figura 2. Etapas e principais atividades do trabalho



Fonte: Elaborado pelo IBAM

ETAPA 1 – ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO

O processo de trabalho se inicia com a formação da Equipe Técnica Municipal e de uma equipe de coordenação local responsável pela condução do processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras e interlocução permanente com a equipe do IBAM.

Nesta etapa ocorreu a primeira visita técnica do IBAM ao município para realização de reunião inicial de alinhamento com a Prefeitura e visita de campo para reconhecimento do município. Nessa primeira visita, buscou-se nivelar entendimentos sobre o escopo do trabalho, com uma apresentação geral sobre desafios da agenda urbana e ambiental atual, sem, contudo, avançar ainda nas questões próprias de Vassouras.

O principal objeto desta etapa é a estruturação do Plano de Trabalho, que inclui detalhamento de atividades a serem realizadas, indicação de canais de comunicação a serem utilizados, definição de estratégias de mobilização social.

São as principais atividades dessa etapa:

- a) **Reunião inicial para instalação dos trabalhos:** apresentação e alinhamento das equipes e definição dos sistemas de comunicação entre a Prefeitura de Vassouras e o IBAM.
- b) **Histórico e caracterização do município:** apresentação dos dados gerais do Município, que servirão de insumo e serão aprofundados no produto seguinte, de diagnóstico.
- c) **Definição de metodologia de revisão do PIV** e demais legislações correspondentes para cada um dos produtos finais (Revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística, Revisão do Código de Obras e de Posturas e Plano de Mobilidade);
- d) **Plano de ação para divulgação dos documentos produzidos** e forma de acesso da população aos documentos e informações através de ações para sensibilização da participação social.
- e) **Definição das Oficinas Técnicas e Comunitárias e das Audiências públicas** previstas (número, locais, forma de realização dos debates e formas de participação cidadã) e de ações com participação dos atores sociais presentes no Município;
- f) **Especificação dos debates** com os diversos segmentos da sociedade e dos setores técnicos e administrativos do governo local (seminários), bem como serão as ações conjuntas com os demais órgãos públicos das diversas instâncias (IPHAN, IBRAM, INEA dentre outros).
- g) **Elaboração do cronograma de execução**, incluindo as atividades técnicas, de mobilização social, eventos de participação social e reuniões com atores-chave:

ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO

Além dos levantamentos indicados no Projeto Básico do processo licitatório, que relaciona análises temáticas e estudos técnicos, é fundamental a realização de atividades de discussão da realidade municipal com a sociedade, por meio de consultas, diálogos e eventos públicos, para compreender as visões dos diferentes segmentos sociais sobre os principais problemas, conflitos e potenciais do município, bem como avaliar suas demandas e expectativas.

Assim propõe-se que as oficinas de leitura comunitária, a serem realizadas nesta fase, sejam elaboradas de forma a mobilizar a comunidade, esclarecer sobre o conteúdo e abrangência dos Planos Integrados de Vassouras, bem como sobre a participação social nas diversas fases de seu

processo de revisão, captando as visões da população e representantes comunitários sobre seus bairros e sobre o Município como um todo.

Como pauta de oficinas técnicas para esta etapa, propõe-se a realização de uma Oficina de Nivelamento técnico institucional com representantes dos diferentes setores da Prefeitura e uma Oficina de Avaliação Crítica da Implementação do Plano Diretor e Legislação Urbanística, o que também subsidiará a leitura jurídica dos instrumentos vigentes.

O Diagnóstico deve ainda conter uma dimensão institucional, que aborde a organização administrativa do Município, bem como as condições instaladas para implementação da política urbana e as práticas locais. Com base nos levantamentos realizados e nas oficinas técnicas e comunitárias, será construído o diagnóstico do município a ser discutido em audiência pública.

Já nesta etapa e ao longo de todas as demais, terá início o processo de configuração da base cartográfica e levantamentos de campo específicos dos elementos a serem mapeados. As três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação de uso e ocupação do solo; Códigos de Obras e de Posturas; Plano de Mobilidade) se apoiarão numa base cartográfica comum. Ao mesmo tempo, as demandas de cada uma delas permitirão o aperfeiçoamento da mesma para que ao final do processo de trabalho o Município de Vassouras receba uma base cartográfica e uma base de informações consistentes para o processo contínuo de planejamento.

São atividades dessa etapa:

- a) **Levantamentos de informações técnicas, jurídicas e administrativas** existentes, analisando as informações, índices, indicadores e demais dados que apontam para a realidade territorial, social, econômica e ambiental do município. Serão levantadas incoerências nas leis vigentes, dificuldades de interpretação, aplicação e entendimento de forma que, sejam sanados tais problemas;
- b) **Mapeamento dos atores-chave:** a construção de um mapa de atores visa garantir a participação da sociedade civil - entidades, instituições, movimentos sociais e cidadãos em geral - nas etapas do processo de desenvolvimento do Plano Diretor. A partir desse mapeamento serão definidas as estratégias de comunicação e mobilização dos diferentes segmentos sociais.
- c) **Criação do site do Plano Diretor:** a produção de sítio eletrônico do Plano Diretor com identidade visual própria representa um espaço importante de registro do processo de trabalho. Nele serão disponibilizados os produtos elaborados, bem como feita a divulgação da agenda dos eventos e de materiais explicativos e demais informações úteis.

- d) **Realização de 2 oficinas de leitura técnica**, sendo uma Oficina de Alinhamento técnico institucional entre as equipes e uma Oficina de Avaliação Crítica da Implementação da Legislação urbana.
- e) **Leitura Técnica**, considerando as áreas urbana e rural, nos seguintes aspectos elencados no edital: Físico Ambiental, Uso e Ocupação do Território, Infraestrutura urbana, Equipamentos coletivos, Preservação cultural e histórica e Atividade Econômica do Município, considerando ainda outros que poderão ser identificados e incluídos durante a elaboração do diagnóstico;
- f) **Leitura Jurídica**, em especial da Lei Orgânica e da legislação a ser revisada/atualizada, buscando compreender arcabouço jurídico e sua aplicabilidade atualmente;
- g) **Leitura Comunitária** junto aos principais setores organizados da sociedade (comunidades rurais, associações de moradores, de comércio e serviço, culturais, profissionais, etc.) para reconhecimento da visão atual dos problemas e potencialidades do município, bem como do que esperam em termos de desenvolvimento local e municipal;
- h) **Realização de 5 oficinas de leitura comunitária**. A distribuição das oficinas será definida junto a equipe técnica da Prefeitura para definição dos locais. Outros tipos de consultas públicas poderão ser feitos nas localidades menores.
- i) **Análise quanto às problemáticas, deficiências e potencialidades** presentes no Município, considerando o cruzamento dos resultados apresentados dando suporte a todas as reuniões, apresentando a compilação, processamento, análise e espacialização de dados;
- j) **Elaboração das cartografias** especificadas no Projeto Básico, de acordo com as três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade)
- k) **Entrega do Produto 2 - Diagnóstico** para validação pela Equipe Técnica Municipal e divulgação como documento de referência para a audiência pública relativa ao diagnóstico.
- l) **Reunião com a Câmara de Vereadores**: apresentação do andamento do trabalho com esclarecimentos e discussão de temas pertinentes na revisão do Plano Diretor. Dada a relevância da proposta de lei a ser elaborada e a densidade de seu conteúdo, é importante que os vereadores sejam informados e convidados a participar do processo de trabalho.

- m) **Realização da primeira audiência pública**, considerando a disponibilização dos documentos produzidos para acesso da população às informações e de sensibilização da participação social.
- n) **Entrega da ata referente à primeira audiência pública.**

ETAPA 3 – DISCUSSÃO DA REALIDADE ATUAL E ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Nesta etapa serão aprofundadas as análises de temas identificados no diagnóstico como prioritários ou críticos, com avaliação de processos e movimentos tendenciais no que tange o crescimento demográfico do Município, levando em consideração os fatores de pressão sobre a urbanização, os vetores de crescimento urbano e os projetos recentes, em andamento e previstos para o Município e, sobretudo, os valores e maiores potenciais identificados durante o Diagnóstico.

Esta etapa envolve a elaboração das propostas gerais para o Município, incluindo as diretrizes de ordenamento territorial (macrozoneamento municipal e zoneamento urbano) bem como as diretrizes temáticas e a aplicação dos instrumentos jurídico-urbanísticos consagrados no Estatuto da Cidade. Para isso, propõe-se como pauta de oficina técnica, atividades com a Equipe Técnica Municipal para Avaliação dos Instrumentos da Política Urbana, para análise conjunto dos instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade e na legislação urbana de Vassouras, considerando avanços e impasses nas estratégias e condições de aplicação dos instrumentos nos últimos anos.

Com base nos levantamentos realizados e nas oficinas técnicas e comunitárias propostas pelo edital, será construído o relatório preliminar de propostas para a segunda audiência pública.

São atividades dessa etapa:

- a) **Realização de oficina de leitura técnica para discussão de implantação dos instrumentos urbanísticos** do Estatuto da Cidade. As propostas de regulamentação de instrumentos devem ser compreendidas como resultado do processo de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística complementar. A princípio, alguns deles são de caráter geral e devem ser regulamentados⁶: Outorga Onerosa do Direito Construir (caso se avalie que em alguma área da cidade se deva permitir acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico, atualmente definido com 1,0) e o Estudo de Impacto de Vizinhança (instrumento importante para se ampliar a capacidade institucional para lidar com empreendimentos que em determinadas localidades ou condições podem provocar impactos significativos).

⁶ Os demais instrumentos dependerão da necessidade de lidar com situações claramente caracterizadas (como é o caso do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios) ou de projetos (como é o caso de todos os demais), cabendo, portanto, a regulamentação geral desses instrumentos caso se mostrem pertinentes na realidade de Vassouras.

- b) **Realização de 3 oficinas de leitura comunitária para discussão das diretrizes e propostas, uma para discussão de cada vertente do trabalho** (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade)
- c) **Elaboração de diretrizes gerais e temáticas** que deverão orientar o desenvolvimento das propostas dos Planos Integrados de Vassouras;
- d) **Elaboração de proposta preliminar de Macrozoneamento** de todo o Município, e do perímetro urbano: A visão de sustentabilidade do município e as diretrizes temáticas delineadas a partir do reconhecimento do território e suas diferenças internas, deverão se desdobrar em propostas programáticas, de intervenção e de critérios de aproveitamento do solo. O Macrozoneamento Municipal, junto com o Zoneamento Urbano são ferramentas que buscam territorializar as diretrizes. O Macrozoneamento abrange o território municipal como um todo e delimita as áreas aptas à urbanização, ou seja, aquelas que integrarão o(s) perímetro(s) urbano(s).
- e) **Elaboração de proposta preliminar de Zoneamento Urbano:** O Zoneamento estabelece os coeficientes de aproveitamento nas diferentes áreas urbanas. Embora o Projeto Básico do processo licitatório fizesse menção a “Zoneamento Urbano e rural e ambiental”, entende-se que o reconhecimento das dinâmicas da área rural, bem como dos ativos ambientais são condicionantes do Macrozoneamento. Além disso, como descrito ao longo deste documento, a dimensão ambiental é essencial para a própria concepção do Zoneamento Urbano.
- f) **Elaboração das cartografias** especificadas no Projeto Básico, considerando as três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade)
- o) **Entrega do Produto 3 -Diretrizes e Proposições**, para validação pela Equipe Técnica Municipal e divulgação como documento de referência para a audiência pública relativa ao prognóstico.
- p) **Realização da segunda audiência pública**, voltada à apresentação e discussão dos Diretrizes e Proposições. As contribuições recebidas serão insumos para consolidação de propostas.
- q) **Entrega da ata referente à segunda audiência pública.**

ETAPA 4 – DETALHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Esta etapa envolve o detalhamento das propostas para o Município. De forma integrada, as propostas deverão tratar dos instrumentos aplicáveis à realidade municipal e a recomendação para um Sistema Municipal de Planejamento Urbano e Territorial ou equivalente.

Com base nos levantamentos realizados e nas oficinas técnicas e comunitárias, será construído o documento de referência para a terceira audiência pública;

Após a audiência pública, serão apreciados os pontos levantados pelos participantes para conclusão dos anteprojetos de lei a serem formatados pela equipe do IBAM de modo a permitir o encaminhamento dos projetos de lei, pelo Executivo Municipal, à Câmara de Vereadores.

São atividades dessa etapa:

- a) **Elaboração das propostas de usos e índices de ocupação:** a concepção da proposta do Zoneamento Urbano inclui a elaboração de estudos que orientarão os critérios para definição de coeficientes de aproveitamento e demais parâmetros urbanísticos.
- b) **Elaboração das propostas de modelos de parcelamento do solo.**
- c) **Elaboração das propostas de proteção do patrimônio** arquitetônico, ambiental e paisagístico, considerando suas interfaces com as legislações a serem revisadas, com o Plano de Mobilidade e indicação de diálogos com as outras instâncias de proteção do patrimônio (IPHAN e INEPAC).
- d) **Elaboração das propostas de Gestão Democrática.**
- e) **Realização de 1 oficina técnica para organização da gestão urbana e territorial:** todo o processo de trabalho, desde o início, é permeado necessariamente por discussões sobre a gestão, uma vez que se pretende que o Plano Diretor e a legislação urbana possam vir a ser implementados. Além disso, normalmente, muitas das propostas advindas do processo técnico-participativo exigem adaptação da organização da gestão urbana e territorial para poderem avançar. Dessa forma, esse tema deve ser também objeto de discussão específica para a formulação de eventuais propostas.
- f) **Realização de 3 oficinas de leitura comunitária para detalhamento das proposições,** de acordo com as três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade Urbana);
- g) **Realização de 3 oficinas de propostas,** a serem realizadas com a Equipe Técnica Municipal e atores-chave, cada uma dedicada a uma das vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade Urbana). Essas reuniões serão programadas durante o processo do trabalho de acordo

com a evolução dos estudos técnicos com objetivo de apresentação e discussões de propostas visando sua consolidação.

- h) **Consolidação das diretrizes** quanto ao desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social: A partir dos resultados do Diagnóstico serão consolidadas as diretrizes temáticas. Já nessa etapa, se começará a delinear eventuais ajustes na estrutura do Plano Diretor a ser revisado, o que determinar a forma de organização das diretrizes.
- i) **Estrutura preliminar dos Anteprojetos de Lei:** a equipe do IBAM irá preparar uma versão preliminar da estrutura dos anteprojetos de lei e conteúdos para discussão com a equipe da Prefeitura.
- j) **Realização de reunião para discussão das estruturas dos anteprojetos de lei:** o detalhamento das propostas deve culminar na estrutura, ainda que preliminar, de cada anteprojeto de lei, de forma a indicar como os diferentes temas trabalhados poderão ser materializados nos respectivos instrumentos legais.
- k) **Consolidação das propostas na Cartografia** especificadas no Projeto Básico, considerando as três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação urbanística; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade Urbana)
- l) **Entrega do Produto 4 - Detalhamento de Proposta e Consolidação**, para validação pela Equipe Técnica Municipal e divulgação como documento de referência para a audiência pública relativa ao prognóstico.
- m) **Realização da terceira audiência pública**, voltada à apresentação e discussão das proposições para as minutas de lei, incluindo as propostas do macrozoneamento, zoneamento urbano e instrumentos urbanísticos.
- n) **Entrega da ata referente à terceira audiência pública.**

ETAPA 5 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E MINUTAS DE PROJETOS DE LEI

Após a última Audiência Pública, terá início a etapa final do trabalho, quando tais propostas serão trabalhadas na forma de anteprojeto de lei, com especial atenção à observação da boa técnica legislativa.

É importante observar que este documento resulta do processo técnico e participativo, ou seja, da construção coletiva sobre o que se deseja para o Município de Vassouras. Sendo assim, a transposição daquilo que foi pactuado nas Audiências Públicas para o formato legal requer cuidados especiais e compromisso de todos os envolvidos na condução do processo para não se reabrir discussões.

O Plano de Ações e Investimentos será confeccionado a partir da identificação das principais ações previstas no Plano Diretor e demais instrumentos, indicação de estratégias a que estão

vinculadas, grau de prioridade. Buscar-se-á ainda que esse instrumento possa ser relacionado com Plano Plurianual do Município para que suas recomendações possam mais facilmente ser incorporadas às peças orçamentárias.

São atividades dessa etapa:

- a) **Reunião com a Câmara dos Vereadores:** De acordo com metodologia proposta, pretende-se, desde o início do trabalho, estabelecer canais de comunicação com a Câmara de Vereadores. Esta atividade tem por objetivo apresentar as propostas consolidadas aos vereadores e ouvir deles sugestões para consolidação dos anteprojetos de lei.
- b) **Reunião com a Procuradoria Geral do Município:** Entende-se que é a fundamental participação da Procuradoria Geral do Município desde o início do processo de trabalho, o que tornará mais ágil a atividade aqui proposta que tem por objetivo também recolher sugestões para a consolidação dos anteprojetos de lei.
- c) **Redação das minutas considerando as observações feitas pela comunidade e reuniões com a Câmara de Vereadores e com a Procuradoria Geral do Município:** a partir das contribuições da terceira audiência pública, realizada na etapa 4 e das reuniões com a Câmara de Vereadores e com a Procuradoria Geral do Município, serão consolidadas no produto final os anteprojetos de lei.
- d) **Elaboração do plano de ações e investimentos** para o monitoramento e avaliação de desempenho futuros do Plano Diretor: será elaborado, em separado dos anteprojetos de lei, um quadro indicativo de ações estruturantes incorporadas no texto legal proposto. Espera-se, assim, se consolidar um documento síntese que permita uma visão geral das propostas programáticas e de intervenção e que possa servir como referência para orientar a implementação das ações previstas no Plano Diretor.
- e) **Consolidação dos Anteprojetos de Lei:** Ao final das discussões de conteúdo e definida a estrutura de cada anteprojeto de lei, se procederá a revisão final de caráter técnico-jurídico⁷.
- f) **Entrega da Cartografia final dos Planos Integrados de Vassouras, após revisões da etapa 4:** ao final do processo de trabalho o Município de Vassouras receberá a base cartográfica e a base de informações elaborada durante o processo para garantir o processo contínuo de planejamento.
- g) Entrega do **Produto 5 - Plano de Ação e Investimentos e Anteprojetos de Lei.**

⁷ Apesar de todos os esforços de construção coletiva e colaborativa entre as equipes do IBAM e da Prefeitura, poderá, eventualmente, restar pontos de divergências. Nesses casos, o IBAM deverá apresentar justificativa técnica para as opções adotadas, o que poderá ou não integrar o produto final, de acordo com orientação da Equipe Técnica Municipal.

5. METODOLOGIA



As leis urbanísticas têm sempre como foco ou objeto a cidade, o território e suas formas de apropriação, traduzindo-se em diretrizes, critérios e parâmetros para ocupação urbana e territorial, bem como em propostas de ação e prioridades de intervenção. A experiência e a tradição do IBAM no assessoramento técnico e metodológico a inúmeros municípios brasileiros levaram à convicção de que o processo de revisão do Plano Diretor, além de atender aos dispositivos constitucionais, deve ser compreendido como oportunidade privilegiada de aperfeiçoamento do planejamento e da gestão da cidade na sua dimensão técnica e política. Sobretudo porque, apesar dos avanços da política urbana no país nas últimas décadas, a garantia do direito à cidade ainda se mantém como um dos principais desafios a ser enfrentado pelo Poder Público Municipal.

Essa compreensão destina-se a pautar as estratégias territoriais e urbanas do plano diretor, formuladas em determinado ambiente político-administrativo e técnico, nas demandas da sociedade e dos agentes que atuam diretamente na produção da cidade, utilizando a tática de explicitação dos conflitos de interesses desse conjunto de atores. No entender do IBAM, esse processo deve objetivar o estabelecimento de referências para a prática de planejamento continuado, voltado para a promoção do desenvolvimento local com a definição de instrumentos que, interpretando as condições e características econômicas, sociais, urbanas e ambientais do Município, induzam ao crescimento integrado e sustentável.

Nessa perspectiva, o Plano Diretor e demais leis são compreendidas não como peças estáticas e acabadas - de viés tecnocrático -, mas como instrumentos da política urbana, orientadores do processo de planejamento e gestão contínuos, e de apoio à tomada de decisão dos gestores municipais no cumprimento da agenda urbana ambiental e do desenvolvimento local, bem como orientando as iniciativas privadas e investidores.

Para tanto, as propostas devem se constituir como resultados de pactos sociais, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania. É no momento de revisão do plano que devem ser afirmados ou redefinidos, se for o caso, os canais de interlocução entre a sociedade e o Poder Público, favorecendo a formulação, a implementação e o monitoramento da política urbana, na afirmação de seu viés político mais amplo, embasado tecnicamente, para o estabelecimento de compromissos comuns.

Deste modo, a abordagem metodológica do IBAM deve ser compreendida a partir de três dimensões principais: a integração entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal; a produção técnica; e as estratégias para condução do processo participativo. Tais dimensões são descritas a seguir.

5.1. INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPES DO IBAM E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

A permanente interlocução entre as equipes do IBAM e da Prefeitura é um pressuposto essencial da metodologia de trabalho do Instituto. Ainda que haja previsão de produtos claramente delimitados, a assessoria envolve a construção conjunta de conhecimentos e de aperfeiçoamento das capacidades de técnicos e gestores para a condução da política urbana local.

Atualmente, o IBAM organiza suas atividades de assessoria técnica e de elaboração de estudos e pesquisas em três grandes áreas temáticas: Organização e Gestão (O&G); Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA); Desenvolvimento Econômico e Social (DES). A Instituição possui, ainda, uma Consultoria Jurídica (CJ) que é responsável pela elaboração de pareceres jurídicos e estudos que atendem demandas dos Municípios por orientação nos diversos campos da administração pública, inclusive no direito urbanístico. Além disso, a Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR) se constitui como o centro de ensino do IBAM que, desde os anos 1960, realiza programas de capacitação dirigidos aos técnicos e gestores públicos.

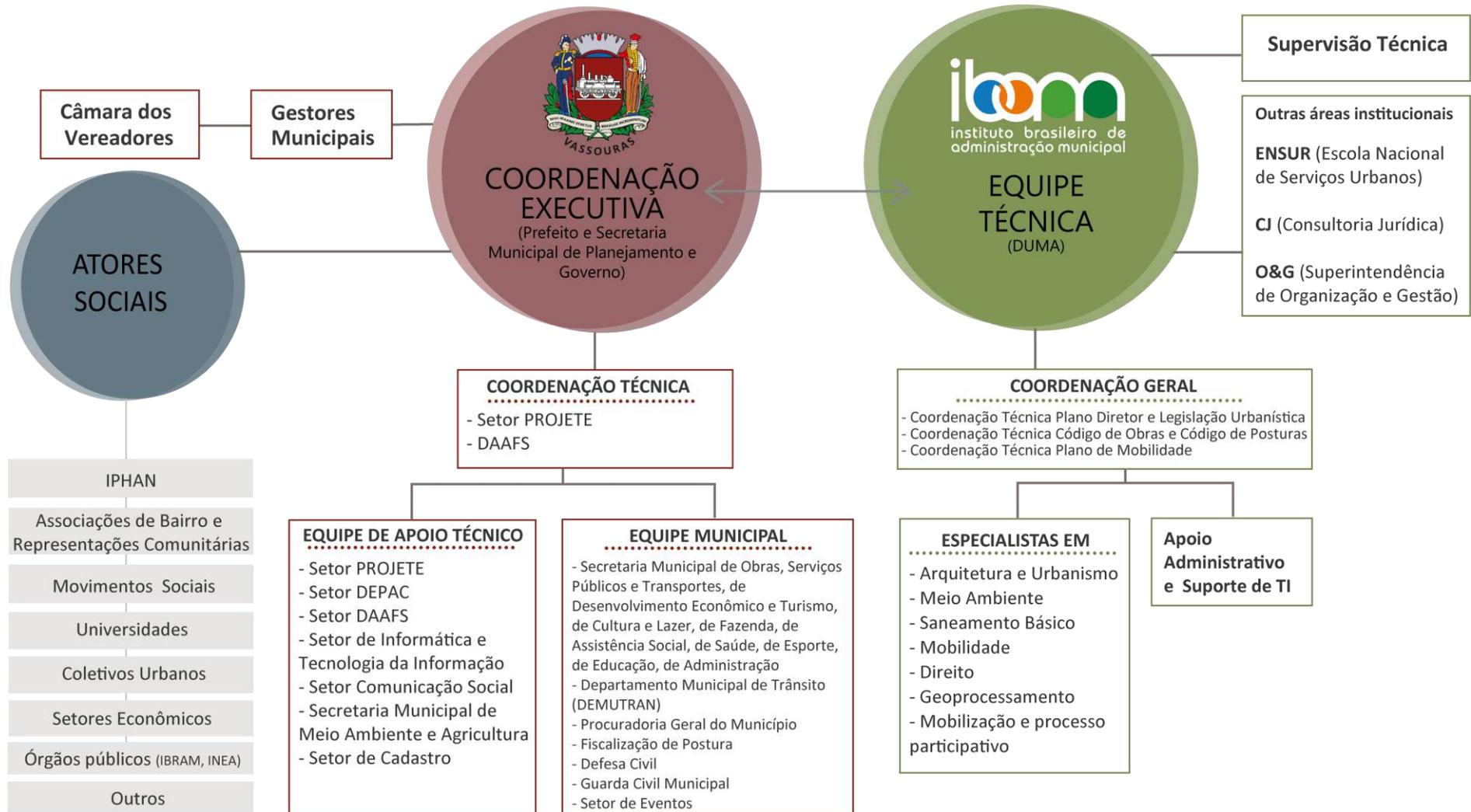
As linhas de atuação do IBAM na área DUMA, responsáveis pela condução e elaboração desse projeto, estão voltadas ao aperfeiçoamento da gestão urbana e ambiental, em especial no que diz respeito aos campos de atuação dos Municípios, buscando sempre a qualidade da prestação dos serviços públicos, a integração de políticas públicas e a promoção de cidades mais inclusivas.

Cabe enfatizar que, na visão do IBAM, é a Prefeitura Municipal que exerce o protagonismo na condução do processo de revisão do Plano Diretor e demais leis, sendo o papel do IBAM de assessoramento baseado em pressupostos metodológicos que incluem a troca de experiência, a transferência de conhecimentos e o estabelecimento de relações de cooperação técnica. Contudo, a equipe de assessores do Instituto apoiará os técnicos municipais nessa tarefa, devendo todos os documentos serem apresentados e discutidos com os diferentes atores da sociedade, conforme previsto neste plano de trabalho, assim como estarão disponíveis à consulta pública.

Neste trabalho, a interlocução com a Prefeitura se dará através da Equipe Técnica Municipal instituída como responsável pela condução do processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras, que garantirá o acesso às informações necessárias à execução do trabalho em todos os órgãos municipais, e, quando for o caso, conduzir a interlocução com agentes externos, governamentais ou não.

Recomenda-se que, desde o início do trabalho, a Prefeitura estabeleça canais de diálogo com a Câmara de Vereadores em relação aos Planos Integrados de Vassouras. Dada a relevância das propostas de lei a serem elaboradas e a densidade de seus conteúdos, é importante que haja uma apresentação inicial para que os vereadores sejam informados desde o início e convidados a participar do processo de trabalho. Além disso, aconselha-se também o acompanhamento do processo por parte da Procuradoria Geral do Município, que mais à frente terá o papel de avaliar os anteprojetos de lei propostos e dar os devidos encaminhamentos. A seguir, apresenta-se o organograma dos atores envolvidos na elaboração dos Planos Integrados de Vassouras:

5.1.1. ORGANOGRAMA



5.2. PRODUÇÃO TÉCNICA

A produção técnica trabalhará os temas relacionados à gestão urbana e territorial em diferentes escalas. Os temas setoriais serão abordados em suas especificidades e de forma integrada a partir de informações e dados secundários; análises de estudos e projetos; resultados de discussões em reuniões com o Equipe Técnica Municipal, órgãos públicos, universidades, entidades de classe, setores organizados da sociedade civil e outros.

A fase inicial do trabalho será dedicada a levantamentos, análise e sistematização de informações providas de fontes secundárias de consulta e à montagem da base cartográfica do território. Serão utilizados bancos de informações, dados georreferenciados e demais produções técnicas disponibilizados tanto pela Prefeitura quanto por órgãos federais e estaduais. Também serão realizadas reuniões com atores-chave para coleta de dados primários.

Com relação aos trabalhos técnicos que dependem das visitas em campo, serão realizadas atividades considerando o uso de equipamentos de proteção individual para a equipe envolvida e a disponibilização, por parte da Prefeitura Municipal, de espaços para realização de reuniões que atendam às recomendações sanitárias. Na hipótese de um cenário de agravamento da pandemia do COVID-19 que resulte em restrições de circulação e contatos sociais, as formas e encaminhamentos para superação das dificuldades a serem adotadas em comum acordo entre IBAM e Prefeitura deverão considerar a avaliação dos resultados obtidos ao longo das leituras técnica e comunitária, sua suficiência e eventuais necessidades de complementação, tendo em vista a formulação das propostas.

A partir dos aspectos destacados no Projeto Básico do processo licitatório⁸, sugere-se que a produção técnica do diagnóstico seja organizada em torno dos seguintes temas principais:

- Meio Ambiente;
- Clima e Conforto Ambiental Urbano;
- Habitação;
- Saneamento básico;
- Mobilidade urbana;
- Patrimônio Histórico e Cultural;
- Desenvolvimento Econômico;
- Planejamento e Gestão Urbana;
- Uso e Ocupação do Solo/Estrutura Fundiária.

Com o avanço dos trabalhos e da compreensão mais acurada da realidade municipal, esses terão suas abordagens melhor delimitadas, podendo ser reagrupados ou complementados. Cabe observar ainda que toda produção técnica não tem a pretensão de ser excessivamente descritiva e encerrar visões estáticas sobre cada tema. Pretende-se que o diagnóstico ofereça os elementos essenciais para o desenvolvimento de propostas, aprofundando-se na análise das

⁸ São eles: Físico Ambiental; Uso e Ocupação do Território; Infraestrutura urbana; Equipamentos coletivos; Mobilidade e Circulação; Preservação cultural e histórica; Estrutura Fundiária e Regularização Fundiária; Perfil de arrecadação das propriedades rurais, Atividade Econômica do Município.

questões mais relevantes para o Município. A abordagem dos temas deve permitir, ainda, uma visão compreensiva da realidade de Vassouras, que possibilite a caracterização de suas diferenças internas, problemas e potenciais nos diferentes campos temáticos. Para tanto, a produção técnica não deve se desenvolver de forma descolada da discussão com os diversos segmentos da sociedade. Produção técnica e processo participativo devem se alimentar mutuamente.

5.2.1. Oficinas de Leitura Técnica:

As oficinas realizadas entre a equipe do IBAM e a Equipe Técnica Municipal servem para aprofundamento de discussões em relação a temas que se mostrarem prioritários ou de maior complexidade na realidade municipal. Essas atividades serão conduzidas com a utilização de técnicas que permitam a ampla participação dos integrantes da Equipe Técnica Municipal e que possibilitem simultaneamente a abordagem conceitual de determinados temas e instrumentos urbanísticos bem como a análise de situações concretas vivenciadas pelos técnicos municipais. São propostas inicialmente as seguintes oficinas técnicas a serem realizadas:

- **Oficina de Leitura Técnica 1 - Alinhamento técnico-conceitual:** tem por objetivo promover a integração entre as equipes, o nivelamento conceitual, a coleta de informações e o levantamento das principais questões municipais e urbanas que impactam no desenvolvimento local.
- **Oficina de Leitura Técnica 2 - Avaliação Crítica da Implementação da Legislação urbana:** atividade de avaliação do desempenho do Plano Diretor e legislação urbanística vigente. A oficina deve incluir, além da análise do alcance dos objetivos estabelecidos na legislação em vigor, também a avaliação crítica do(s) padrão(ões) de urbanização resultantes da aplicação dessa legislação. Dessa forma, poderão ser reunidos elementos que também contribuam para construção de propostas, reforçando ou desestimulando tendências, dependendo da avaliação.
- **Oficina de Leitura Técnica 3 - Avaliação dos Instrumentos da Política Urbana:** avaliação dos instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade e na legislação urbana de Vassouras, considerando a análise de avanços e impasses nas estratégias e condições de aplicação dos instrumentos nos últimos anos.
- **Oficina de Leitura Técnica 4 – Organização da gestão urbana e territorial:** todo o processo de trabalho, desde o início, é permeado necessariamente por discussões sobre a gestão, uma vez que se pretende que o Plano Diretor e a legislação urbana possam vir a ser implementados. Além disso, normalmente, muitas das propostas advindas do processo técnico-participativo exigem adaptação da organização da gestão urbana e territorial para poderem avançar. Dessa forma, esse tema deve ser também objeto de discussão específica para a formulação de eventuais propostas.

5.2.2. Debates/Reuniões com atores chave:

Para aprofundamento da compreensão dos desafios de Vassouras e construção dialogada do diagnóstico, a equipe do IBAM proporá reuniões específicas com atores-chave ou segmentos sociais para discussão de pautas de cada segmento. Poderão ser sugeridas, ainda, reuniões técnicas, sobre temas específicos, com a própria equipe da Prefeitura. A agenda dessas reuniões deverá formulada à medida que a equipe do IBAM avance nas análises temáticas e que os consultores especialistas manifestem a necessidade de interlocuções qualificadas.

5.2.3. Cartografia:

A metodologia adotada pelo IBAM para a construção a cartografia envolve a utilização de geotecnologias. Ainda que haja uma baixa adesão do uso de SIG⁹ e da estruturação de Base Cartográfica Digital por parte das Prefeituras Municipais, a utilização dessas ferramentas constituem um importante avanço para a gestão urbana. A vantagem de utilizar *softwares* de geoprocessamento é que os desenhos editados em programas AutoCAD costumam não estar georreferenciados, podendo apresentar diferenças escalares, áreas imprecisas, limites inexistentes, entre outros problemas. Além disso, *softwares* de geoprocessamento permitem a integração automática a dados alfanuméricos, como por exemplo os dados socioeconômicos do Censo Demográfico do IBGE. Isto significa que podem ser associados atributos de informações aos elementos espaciais, ampliando as possibilidades de análise do território, principalmente nas fases de diagnóstico e elaboração de proposições. A elaboração da cartografia é composta por cinco etapas principais:

Figura 3. Etapas da elaboração da cartografia



Fonte: Elaborado pelo IBAM.

Considerando que a Prefeitura de Vassouras utiliza o formato AutoCAD, pretende-se ao longo do processo compatibilizar as informações entre esses formatos para que ao final do trabalho a Prefeitura tenha acesso aos dois tipos de arquivo, em especial dos mapas que integrarão os anteprojetos de lei. A construção da cartografia se dará através da coleta e análise de dados secundários e do trabalho de campo, que possibilita a coleta de dados primários. Os dados secundários serão organizados a partir dos arquivos levantados e recebidos dos órgãos federais, estaduais e municipais disponíveis, ou ainda em estudos temáticos já elaborados para o Município, e conformam o material que servirá para a montagem da base cartográfica do Município. Cabe destacar que as três vertentes do trabalho (Plano Diretor e legislação de uso e

⁹ Sistema de Informação Geográfica: ferramentas computacionais modeladas e utilizadas para geoprocessar e integrar dados de diversas fontes em banco de dados georreferenciados.

ocupação do solo; Códigos de Obras e Posturas; Plano de Mobilidade) se apoiarão numa base cartográfica comum.

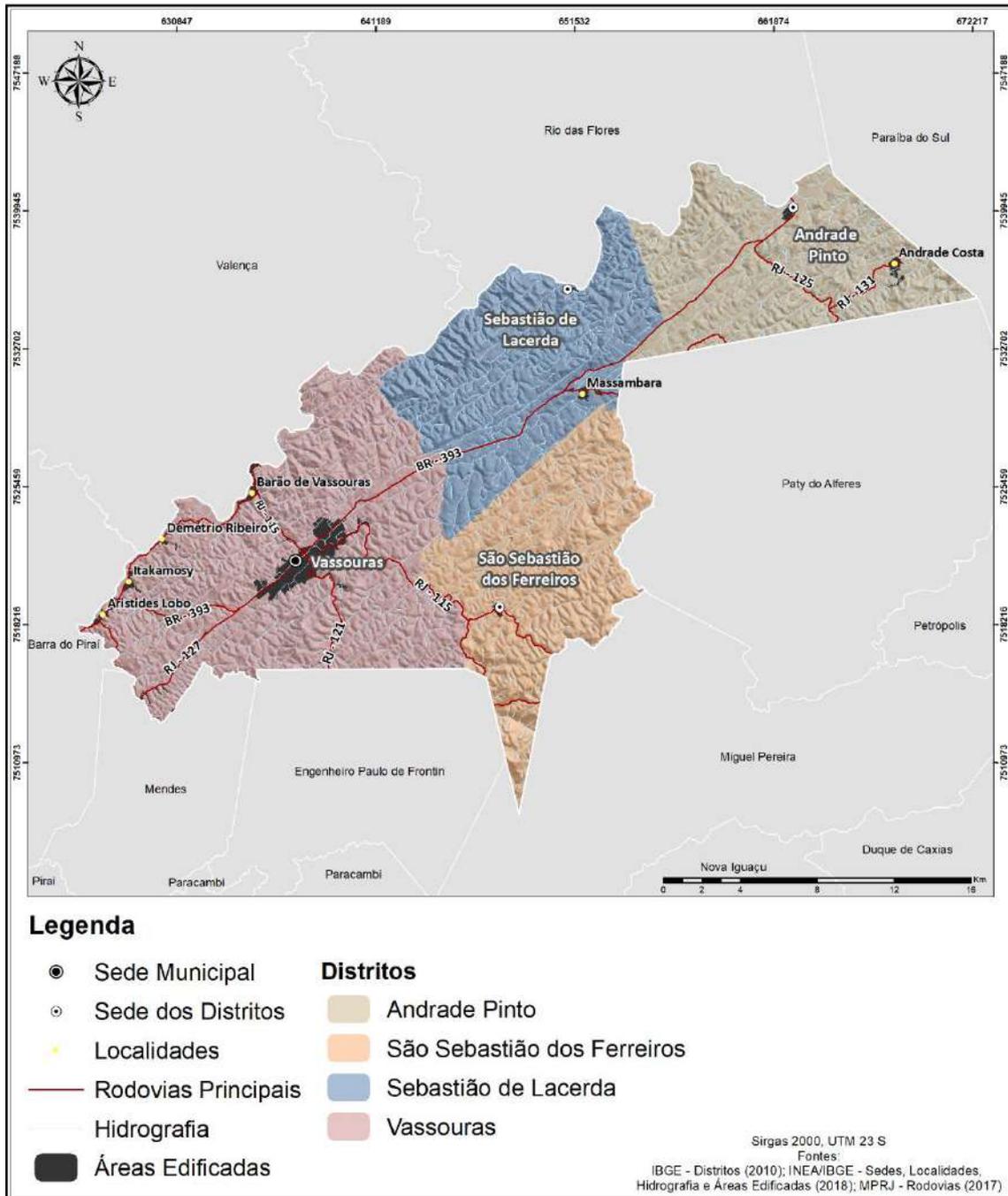
Recentemente, Vassouras e outros municípios foram contemplados por três grandes projetos: o Projeto RJ25 realizado pelo INEA e IBGE no ano de 2018 com escala de 1:25.000, que cobriu todo o Estado do Rio de Janeiro; o projeto MPRJ em Mapas, que reúne informações e dados de múltiplas temáticas de diversos órgãos em um único ambiente e; o levantamento realizado pelo CPRM em 2017, que detalhou as Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Os três trabalhos possuem dados atualizados e com um bom nível de detalhamento que poderão ajudar na consistência da leitura do território para a elaboração do diagnóstico. Além disso, serão realizadas visitas de campo para coleta de dados primários, reconhecimento da área e validação dos dados secundários, possibilitando uma melhor leitura do território e nas tomadas de decisão.

Ao longo das etapas 2, 3 e 4, os mapas serão entregues em caderno próprio, no formato A3 com legendas padronizadas e escalas referentes aos tipos de informação apresentadas. A princípio, propõe-se três tipos de apresentação dos mapas: um na escala do Município, um na escala do distrito-sede e os demais nas escalas das localidades, quando necessário. Ressalta-se que apesar do Projeto Básico do processo licitatório sugerir escalas para os mapas, entende-se que é próprio processo técnico de desenvolvimento do trabalho que essas devem ser definidas. As escalas adotadas nos mapas devem garantir a legibilidade necessária das informações e facilitar o manuseio dos documentos dos Planos Integrados de Vassouras, seja em papel seja em arquivos digitais. A experiência do IBAM indica que a grande maioria dos mapas, senão todos, podem ser configurados no formato A3¹⁰. Os arquivos editáveis dos mapas, por sua vez, permitirão a impressão em escalas diversas de acordo com as necessidades dos trabalhos cotidianos da Prefeitura na gestão urbana e territorial.

Nos relatórios produzidos ao longo dessas etapas os mapas também serão apresentados no formato de figuras associadas aos textos, para facilitar a leitura dos documentos. A seguir, são apresentados exemplos de composições, ainda que preliminares, das representações cartográficas em diferentes escalas de análise: município, área urbana da sede, área urbana de distrito.

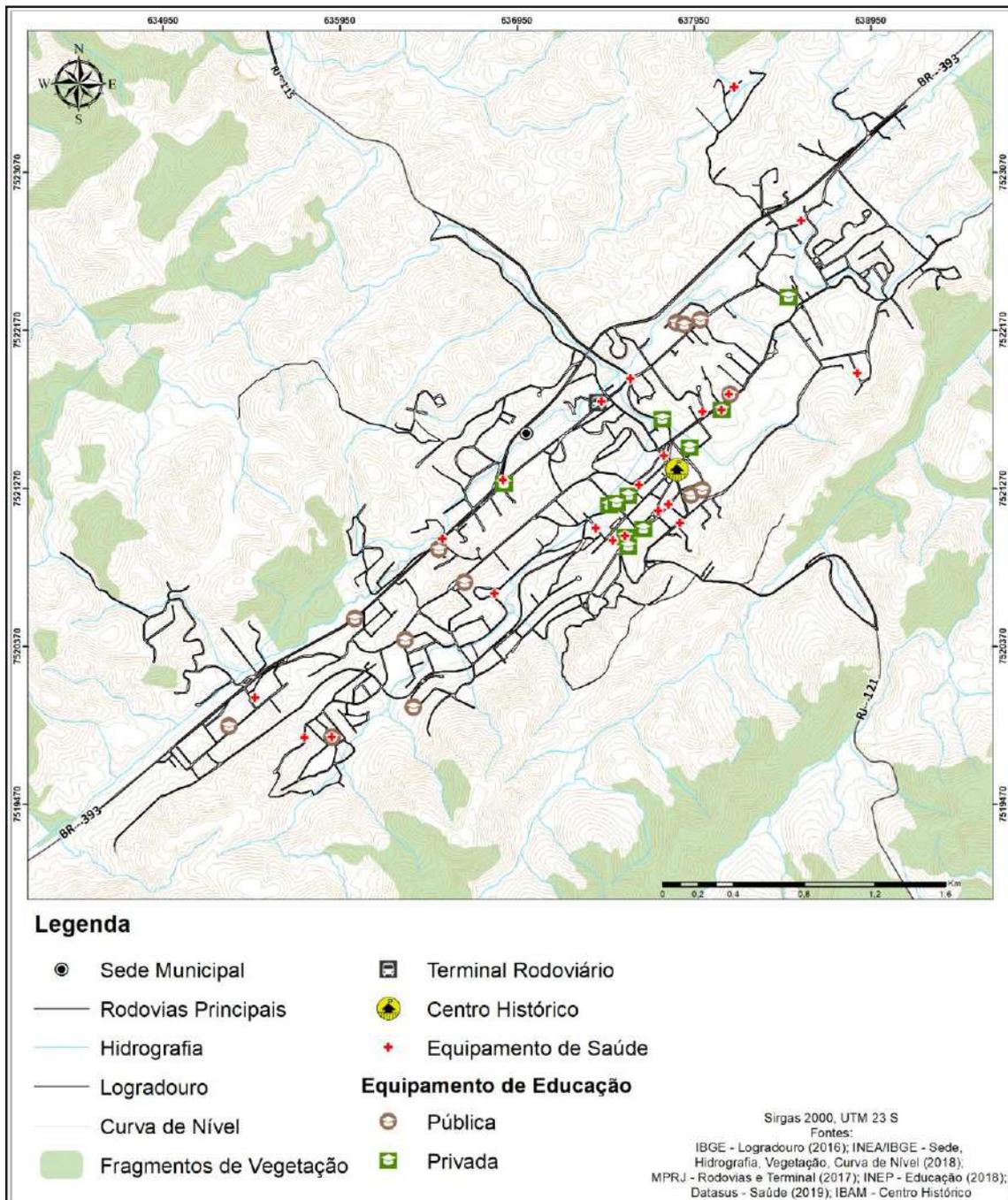
¹⁰ A escolha das entregas parciais dos mapas em tamanho A3, se dá pela facilidade de manuseio e divulgação. Isso não impede que sejam impressos, em escalas maiores, mapas de trabalho para análise e intervenção das equipes durante o processo de trabalho.

Figura 4. Mapa na escala municipal



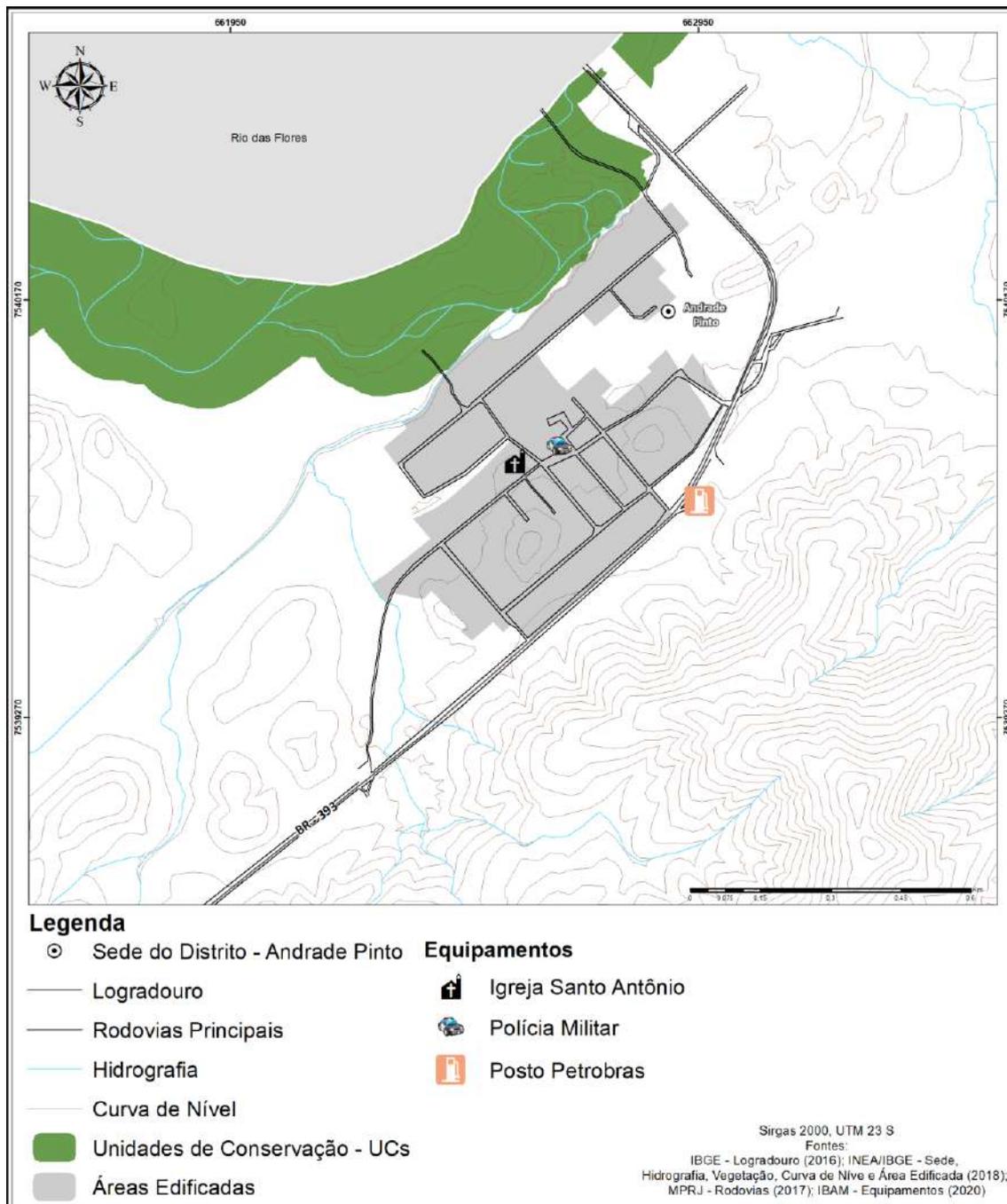
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Figura 5. Mapa na escala da área urbana do Distrito Sede de Vassouras



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Figura 6. Mapa na escala da área urbana do distrito de Andrade Pinto



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Na etapa final do trabalho serão entregues todos arquivos produzidos ao longo do processo, garantindo que o Município de Vassouras receba uma base cartográfica e uma base de informações consistentes para o processo contínuo de planejamento. Além do formato *pdf*, os arquivos editáveis serão enviados em dois formatos, a saber:

- **Shapefile (.shp):** arquivo pode ser lido por softwares livres, gratuitos e pagos, de geoprocessamento;

- **Dwg ou Dxf:** formato de arquivo padrão para gravação e manipulação de desenhos no Autocad.

5.3. PROCESSO PARTICIPATIVO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A partir da Constituição Federal de 1988 a ampliação da participação social nos processos decisórios se constituiu como novo paradigma para a concepção e formulação de políticas públicas. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), em seu Artigo 2º inciso II, determina que a “gestão democrática por meio da participação popular” é prerrogativa na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. Desta forma, a mobilização da sociedade e o engajamento dos diversos atores sociais nas políticas públicas são fundamentais para o aprimoramento da gestão democrática.

A mobilização social pauta-se por processos comunicativos voltados para a produção de mudanças da realidade social na busca de propósitos comuns. Esse processo envolve, necessariamente, o compartilhamento de informações e visões o que exige a ampliação dos esforços comunicativos. A mobilização social é um processo de definição coletiva de objetivos, por meio da divisão de conhecimentos e responsabilidades voltados para a transformação de uma dada realidade, direcionada ao bem-estar público, exigindo publicidade e visibilidade pública de projetos, estratégias e ações. A comunicação é um elemento estratégico dos processos de mobilização social. No caso da elaboração de planos diretores e legislação urbanística complementar, sua ação não se limita a mera divulgação de atos governamentais e prestação de serviços públicos. O processo de comunicação se objetiva por assegurar as relações entre Estado e sociedade, sendo importante elemento do acompanhamento das mudanças em curso, contribuindo para a facilitação da ação pública e garantia do debate público.

Um dos grandes desafios da comunicação, ao mobilizar, é conseguir transformar a mensagem trocada entre o emissor e o receptor em ação. Para mobilizar, é necessário que a comunicação produza o engajamento do seu público, despertando nele os seus desejos, anseios e interesses relacionados com o seu cotidiano e projeção de futuro. Trata-se de um processo de sensibilização, e, por isso, é necessário que se estimule a identificação e a representatividade dos sujeitos diante da mensagem passada.

A comunicação para mobilização requer um exercício de decisão partilhada, canais diretos, transparência, grande circulação da informação, gerando um processo de responsabilidade conjunta. Compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado da mobilização, a comunicação, mais do que informar, tem por tarefa criar uma interação própria entre os públicos e o projeto em questão, através do compartilhamento de sentidos e de valores. Dessa forma, se estabelecem vínculos com esses públicos e os empodera para que tomem iniciativas, estabeleçam posições e contribuam no processo a partir de suas realidades.

As estratégias de mobilização envolvem ações focadas em territórios, atores específicos e população em geral, buscando ampliar o alcance de diferentes perfis. A mobilização local visa garantir a participação da sociedade civil - entidades, instituições, movimentos sociais e cidadãos em geral – nas etapas do processo de desenvolvimento do Plano Diretor. Envolvem

ações através de mídias locais, como rádios comunitárias e carros de som, e as mídias digitais disponíveis, visando expandir os canais de divulgação do plano.

Um elemento fundamental do processo de mobilização social é a realização constante do mapeamento de atores sociais que possam contribuir com o processo de revisão do plano. Trata-se de uma atividade que não se esgota e que, com o tempo, amplia e diversifica a participação dos diferentes segmentos da população, contribuindo para a elaboração de diagnósticos e leituras sobre a realidade municipal.

A comunicação mobilizadora, então, é eficaz quando tem públicos bem definidos e estratégias bem segmentadas para cada um: meios de comunicação, linguagem, formato e conteúdo. A seguir, sistematizaremos um conjunto de instrumentos e estratégias capazes de contribuir para a consecução harmoniosa e adequada dos objetivos do plano, potencializando os processos de mobilização social, horizontalizando conceitos e democratizando o acesso às informações básicas necessárias para a ampla adesão e participação da população nesse processo. Complementarmente, é importante registrar que o uso das novas tecnologias digitais atende ainda à Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014), que prevê a atuação no ambiente virtual.

O principal objetivo da comunicação e mobilização social é integrar a população no processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras e, em especial em função das características legais, no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Vassouras, através da disponibilização de conteúdo explicativo e informativo, datas e locais de eventos públicos, em linguagem acessível e visando o amplo alcance, potencializando os processos de participação popular e controle social.

Complementarmente, podemos citar algumas finalidades adicionais, tais como:

- Informar o grande público sobre do que se tratam os Planos Integrados de Vassouras, servindo de instrumento de democratização do acesso à informação, horizontalizando conceitos, princípios e diretrizes fundamentais, respondendo a dúvidas e questionamentos relacionados com a revisão do Plano;
- Sensibilizar a população local sobre a importância dos Planos Integrados de Vassouras para o futuro da cidade e da sua participação no processo de elaboração e revisão como forma de demandar suas necessidades, expor seus interesses, debater soluções e exercer a sua cidadania;
- Atuar na mobilização social de moradoras e moradores para o processo participativo, de modo especial no processo de revisão do Plano Diretor de Vassouras, disponibilizando todas as informações necessárias com linguagem acessível, canais diversos e atores chaves;
- Contribuir para a coordenação das atividades de comunicação integrada entre as equipes envolvidas na elaboração dos Planos Integrados de Vassouras;
- Estimular, coletar e sistematizar contribuições da população no processo participativo;
- Estabelecer um fluxo de comunicação que envolva de forma colaborativa os parceiros diretos do projeto, mantendo uma comunicação permanente e objetiva, de forma a estimular o envolvimento e engajamento de cada interlocutor;

- Facilitar os processos de trabalho e troca de informações dinamizando estratégias e maximizando resultados esperados no processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras, e de modo especial, na revisão do Plano Diretor de Vassouras.

5.3.1. Plano de ação para o processo participativo

Este é o plano de ação produzido para a divulgação e forma de acesso aos documentos que de acordo com o item 7.1.1. do edital Nº 001/2020 tem a finalidade de orientar a construção de estratégias que direcionarão as ações relacionadas ao processo participativo.

O Plano de Ação envolve principalmente o processo comunicacional entre a equipe técnica do IBAM e a Equipe Técnica Municipal, que será organizado de maneira circular, levando em consideração as demandas e serviços solicitados. Trata-se de uma organização de um fluxo contínuo que permita um maior dinamismo entre as equipes envolvidas e potencialize os resultados esperados pelo assessoramento técnico do IBAM.

É importante salientar que o fluxo de comunicação se refere exclusivamente às atividades gerenciais internas ao processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras. Logo, essas etapas dividem-se em seis momentos, descritos a seguir:

1. **Planejamento:** trata-se do momento de organização de demandas e projeção estratégica de atividades que permitam uma maior amplitude e publicização das atividades elaboradas no âmbito da revisão do plano, levando-se em consideração alguns aspectos como alcance, público de interesse, adequação dos veículos de comunicação disponíveis, entre outros;
2. **Produção de peças e produtos de comunicação e mobilização:** refere-se à confecção das peças de comunicação em si ou do assessoramento técnico para produção de esclarecimentos públicos, releases, apoio às atividades de assessoria de imprensa, etc. Uma vez que os critérios de veiculação, público de interesse, etc. estejam definidos, as peças e serviços devem ser produzidos levando em consideração uma linguagem amistosa e didática, evitando a disseminação de ruídos no processo comunicacional;
3. **Revisão e aprovação:** em seguida, a peça ou produto (campanha, banner eletrônico, vinheta de rádio e carro de som, etc.) será submetida à aprovação das equipes envolvidas para a realização das correções e ajustes necessários;
4. **Veiculação:** uma vez realizados os ajustes necessários e feitas as devidas adequações nas peças produzidas, as mesmas são veiculadas publicamente nos canais de comunicação escolhidos na etapa de planejamento;
5. **Monitoramento:** por fim, após a veiculação são realizados os processos de monitoramento de alguns indicadores (quantidade de curtidas, quantidade de visualizações, número de inscrições em eventos, etc.) relacionados com o alcance das peças produzidas;
6. **Avaliação:** Por fim, uma vez que o processo de monitoramento se esgota e diante dos indicadores obtidos, é realizada um processo de avaliação de ajustes necessários para a veiculação das próximas peças.

Figura 7. Plano de ação para o processo participativo

Fonte: Elaborado pelo IBAM

O processo comunicacional da Prefeitura de Vassouras é concentrado no Setor de Comunicação Social e compete a ele a gestão do portal eletrônico da Prefeitura de Vassouras (<https://www.vassouras.rj.gov.br/>) e a realização da gestão das redes sociais do executivo municipal.

Diante desse diagnóstico, a equipe técnica do IBAM reportará e encaminhará as demandas relacionadas à comunicação e mobilização social dos Planos Integrados de Vassouras à Equipe Técnica que, posteriormente, as encaminhará para os setores responsáveis da Secretaria de Comunicação Social. Ainda que haja o destacamento de um profissional responsável do Setor de Comunicação da Prefeitura, ainda sim, caberá à Equipe Técnica a aprovação dos materiais para a realização do encaminhamento destes para veiculação nos meios de comunicação específicos.

São estratégias de mobilização e comunicação social:

- Criação de identidade Visual;
- Portal eletrônico Planos Integrados de Vassouras;
- Materiais e publicações impressas;
- Materiais digitais e redes sociais
- Eventos públicos

IDENTIDADE VISUAL

A identidade visual construída para a divulgação do processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras servirá para a padronização gráfica e imagética das peças e produtos de comunicação e de mobilização social, tanto online (site e redes sociais) como offline (panfletos e cartazes).

No entanto, em função do período eleitoral, que se estenderá até o dia 15 de novembro de 2020, é importante que a Equipe Técnica Municipal de Vassouras leve em consideração eventuais restrições impostas pela legislação eleitoral em relação à utilização de marcas, de canais de comunicação e realização de atividades para discussões públicas.

PORTAL ELETRÔNICO PLANOS INTEGRADOS DE VASSOURAS

Propõe-se a criação de um site próprio com a finalidade de centralizar o máximo de informações pertinentes relacionadas a elaboração dos Planos Integrados de Vassouras. Nele será possível acessar um conjunto de informações importantes, tais como: calendário de eventos, informações básicas sobre as especificidades de cada plano que o integra - de modo especial o Plano Diretor e a publicação de todos os documentos produzidos pela consultoria. O site deverá ser hospedado no site da Prefeitura de Vassouras, onde serão definidos:

- Identidade visual e uma navegabilidade fácil, intuitiva e atrativa;
- Materiais explicativos sobre o Plano Diretor;
- Ferramenta de compartilhamento dos materiais nas redes sociais;
- Espaço para envio de sugestões de propostas para o Plano Diretor;
- Atualizações sobre o processo de construção do plano após os eventos públicos realizados;
- Agenda dos próximos eventos públicos;
- Informações úteis de contato da Prefeitura, com o link para a página oficial;
- Produtos produzidos ao longo do processo de elaboração dos Planos Integrados de Vassouras.

Devido às exigências legais do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) - especialmente em seu capítulo IV (Da Gestão Democrática da Cidade) que versa sobre as condições para a garantia do controle social e, conseqüentemente sobre os processos de participação social – recomenda-se a criação do hot site da revisão do Plano Diretor e dentro dele se crie áreas específicas para os três eixos do trabalho.

Dessa maneira, este portal deverá servir como uma plataforma digital de divulgação de informações para a população local, com destaque para a revisão do Plano Diretor Municipal, orientando sobre os aspectos gerais do processo de trabalho, informando as datas do calendário de eventos, disponibilizando e compilando documentos de referência.

Características:

- Site estará integrado ao portal da Prefeitura de Vassouras por meio de um banner, botão ou aba disponibilizada para esse direcionamento.
- A página deverá conter algumas poucas abas de navegação, garantindo que o site seja direto e objetivo quanto ao que se propõe.
- Criação de um menu localizado, contendo páginas adicionais internas que direcionam os usuários para informações essenciais e de utilidade pública.

Todas as atividades de desenvolvimento do portal eletrônico dos Planos Integrados de Vassouras, tanto a sua parte textual como gráfica serão realizadas em conjunto pela equipe técnica do IBAM e da Prefeitura de Vassouras, visto que os elementos de sua identidade visual e estratégias comunicacionais devem estar alinhadas com as práticas comunicacionais e institucionais do executivo municipal.

MATERIAIS E PUBLICAÇÕES IMPRESSAS

O IBAM apoiará a Prefeitura na concepção de materiais de divulgação do trabalho, da seguinte forma:

Cartaz: apoio na produção de peça gráfica a ser impressa para divulgação de eventos, campanhas ou assuntos específicos, aliando material imagético e textual.

Folder/Folheto: orientação técnica na produção de material composto por elementos textuais e gráficos contendo informações de utilidade pública e com conteúdo objetivo, distribuído geralmente por formato impresso.

Caberá à Prefeitura a decisão de utilização ou não desses recursos de comunicação, considerando as condições de produção e o potencial alcance dos mesmos.

Caberá a equipe técnica do IBAM a criação de toda parte gráfica e textual dos materiais e publicações impressas que se referem este item. Desse modo, caberá a Prefeitura de Vassouras a impressão destes materiais desenvolvidos e previamente aprovados. A determinação de quantidade será dimensionada de acordo com as particularidades e especificidades sociais, culturais e territoriais levando-se em consideração as estratégias de mobilização e sensibilização adotadas.

MATERIAIS DIGITAIS E REDES SOCIAIS

Para atuação e amplificação das estratégias de comunicação, recomenda-se que peças de materiais gráficos digitais sejam veiculadas nas páginas de Facebook, Instagram, Twitter e YouTube da Prefeitura de Vassouras. A criação da identidade dos materiais gráficos digitais, como cards para redes sociais, que apresentem conteúdo de mobilização e sensibilização com uma linguagem acessível e atraente. Considerar os tamanhos:

- Arte quadrada 800 x 800 pixels;
- Arte Twitter 1024 x 512 pixels;
- Arte stories 1080 x 1920 pixels.

Além disso o IBAM pode apoiar a produção de conteúdo para envio por meio de mensagens instantâneas caso se adote um canal de *WhatsApp* oficial para realização do compartilhamento de informações, divulgação de calendário e convocação para eventos. Recomenda-se que seja um canal unilateral de envio de informações, uma vez que a manutenção de equipe para responder às demandas pode prejudicar a realização de outras atividades de comunicação.

As peças e materiais a serem veiculados nas redes sociais da Prefeitura de Vassouras, tanto o seu conteúdo como sua parte textual, serão produzidas conjuntamente, contando com a participação da equipe técnica do IBAM e da Prefeitura de Vassouras. A veiculação e a interação social nas redes sociais oficiais do executivo municipal serão de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Vassouras.

EVENTOS PÚBLICOS

Ao longo do processo de trabalho, é previsto um conjunto de eventos públicos, com finalidades específicas, de modo especial com relação à revisão do Plano Diretor de Vassouras. Sem prejuízo de reuniões técnicas ou setoriais que poderão ser programadas com a equipe da Prefeitura e setores organizados da sociedade, são previstas as seguintes atividades: 11 oficinas de leitura comunitária e 3 audiências públicas, ao longo do período de sua execução.

Tabela 2. Eventos públicos ao longo do trabalho

	Leitura Comunitária	Audiências Públicas
ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO – REALIDADE ATUAL E LEGISLAÇÃO VIGENTE	5 oficinas	1 audiência
ETAPA 3 – DISCUSSÃO DA REALIDADE ATUAL E ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES	3 oficinas	1 audiência
ETAPA 4 – DETALHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	3 oficinas	1 audiência

O formato de cada evento será definido juntamente com a área de comunicação da Prefeitura Municipal e levando-se em consideração os protocolos referentes ao Covid-19 em vigor à época. Inicialmente, propõe-se que as Audiências Públicas sejam realizadas de forma híbrida: presencial, de acordo com protocolos de segurança, mas também com transmissão por meio de do Facebook e Youtube, com utilização de plataformas tais como Streamyard, OBS, Zoom, Webex.

Independentemente da sua finalidade, a realização de eventos públicos exige um conjunto de atividades de planejamento, produção e realização. Caberá à equipe técnica do IBAM o assessoramento na formatação dos eventos, sempre reconhecendo o protagonismo da Prefeitura de Vassouras neste processo. Dentre estas atividades de planejamento, incluem-se:

- Definição das estratégias gerais dos eventos públicos (local de realização; indicação de plataformas *online*, quando necessário; previsão de número de participantes e atores sociais; definição de horário, data, e estratégia de comunicação adequada; formas de inscrição de participantes, etc.);

- Elaboração de estratégias de convocação e mobilização social da população e atores sociais;
- Apoio nas atividades para desenvolvimento de peças de comunicação voltadas para a convocação da população e atores sociais;
- Apoio na preparação de edital de convocação do evento público, quando necessário;
- Apoio na preparação das peças gráficas digitais (artes, convites, textos, etc.) e de arquivos para impressão quando for o caso;
- Apoio na definição de locais para fixação ou distribuição de materiais de divulgação dos Planos Integrados de Vassouras;
- Auxílio na execução do evento público;
- Apoio na divulgação dos resultados e veiculação de material em redes sociais.

Caberá à Prefeitura de Vassouras a viabilização dos espaços para realização dos eventos públicos e dos equipamentos necessários à realização das atividades.

Os materiais de convocação para os eventos públicos, reuniões comunitárias, oficinas e audiências públicas (editais de convocação, ofícios, e-mails, publicação em jornais impressos, rádios comunitárias e carro de som) serão realizadas pela Prefeitura de Vassouras, podendo contar com o apoio da equipe técnica do IBAM para a confecção e criação da parte textual e gráfica. Ressalta-se que toda a veiculação é de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Vassouras.

Com relação as estratégias de utilização de carro de som e rádios comunitárias, a equipe técnica do IBAM se responsabilizará pela elaboração de toda parte textual, cabendo a Prefeitura de Vassouras a produção sonora das vinhetas e chamadas de áudio desenvolvidas para esta finalidade. Ressalta-se ainda que estas estratégias de mobilização social, de modo especial a utilização de carro de som, possuem particularidades, sendo utilizadas apenas para ações voltadas para a convocação da população para eventos públicos.

6. PRODUTOS

O processo de revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística é, por definição, um processo aberto. Os produtos elaborados ao longo dele consolidam etapas de trabalho e expressam o acúmulo construído com o avanço dos trabalhos técnicos em com as discussões com a sociedade.

Apresenta-se a seguir, de forma indicativa, o conteúdo de cada um dos produtos propostos, agrupados pelas etapas de trabalho previstas. Registra-se que as etapas de trabalho e a relação de produtos foram previamente estabelecidas no “Projeto Básico” do processo licitatório e integra o contrato para execução do trabalho.

ETAPA 1 – ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO

PRODUTO 1. PLANO DE TRABALHO: Documento contendo os principais elementos técnicos de organização do trabalho e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o processo de revisão do Plano Diretor, bem como da estratégia de participação a ser adotada. O documento explicita a metodologia a ser adotada no processo de trabalho, com ênfase na interação entre processo técnico e processo participativo, apresenta o cronograma físico de execução e destaca as principais atividades a serem realizadas.

ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO – REALIDADE ATUAL E LEGISLAÇÃO VIGENTE

PRODUTO 2. DIAGNÓSTICO: Documento de análise temática integrada, considerando tanto o trabalho técnico desenvolvido como as discussões com a sociedade. O Diagnóstico identificará potenciais e problemas da realidade de Vassouras com objetivo de indicar prioridades, assumindo, assim, caráter propositivo.

Produto 2a: Relatório de Diagnóstico - Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística Complementar (Leis de Zoneamento, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo e Perímetros Urbanos)

Produto 2b: Relatório de Diagnóstico – Código de Obras e Posturas

Produto 2c: Relatório de Diagnóstico - Plano de Mobilidade Urbana

ETAPA 3 – DISCUSSÃO DA REALIDADE ATUAL E ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES

PRODUTO 3. DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES: Esse produto marca a transição entre as etapas de diagnóstico e propostas, apontando tendências do desenvolvimento do Município de Vassouras. Apresenta as propostas preliminares na forma de diretrizes temáticas e proposição de Macrozoneamento e Zoneamento Urbano.

Produto 3a: Relatório de Diretrizes e Proposições do Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística Complementar (Leis de Zoneamento, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo e Perímetros Urbanos).

Produto 3b: Relatório de Diretrizes e Propostas Código de Obras e Código de Posturas

Produto 3c: Relatório de Diretrizes e Propostas do Plano de Mobilidade Urbana com indicação das metas

ETAPA 4– DETALHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

PRODUTO 4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE LEI:

Documento de detalhamento e consolidação das propostas de revisão do Plano Diretor de Vassouras, com estruturação das propostas de Macrozoneamento; de Zoneamento Urbano e de aplicação de instrumentos jurídicos-urbanísticos consagrados no Estatuto da Cidade, se for o caso. O documento deverá consolidar diretrizes gerais, diretrizes temáticas e recomendações para o aperfeiçoamento da gestão democrática da cidade.

Produto 4a: Relatório Detalhamento de Proposta e Consolidação Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística Complementar (Leis de Zoneamento, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo e Perímetros Urbanos)

Produto 4b: Relatório Detalhamento de Proposta e Consolidação Código de Obras e Código de Posturas.

Produto 4c: Relatório com detalhamento de Proposta e Consolidação Plano de Mobilidade com cronograma de fases e propostas para fomento.

ETAPA 5 –PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E MINUTAS DOS PROJETOS DE LEI

PRODUTO 5. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E MINUTAS DOS PROJETOS DE LEI:

Produto final que consolida o processo de trabalho na forma de Minutas de Lei, considerando a forma jurídica adequada. A minuta de Revisão do Plano Diretor será acompanhada de um quadro indicativo de ações e investimentos. Esse quadro deve ser entendido como instrumento de suporte ao acompanhamento da implementação do Plano.

Produto 5a: Relatório Final Consolidado do Plano Diretor e Legislação complementar:

- Anteprojeto de lei de revisão do Plano Diretor Municipal
- Anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo
- Anteprojeto de lei de parcelamento do solo urbano

- Plano de Ação e Investimentos

Produto 5b: Relatório Final Consolidado – Código de Obras e de Posturas

- Anteprojeto de lei do código de obras
- Anteprojeto de lei do código de posturas

Produto 5c: Relatório Final Consolidado – Plano de Mobilidade Urbana

- Anteprojeto de Lei do Plano de Mobilidade

Cabe esclarecer que a delimitação de perímetro(s) urbano(s) pode ser feita dentro do Plano Diretor, normalmente mais recomendável, ou ainda dentro de Lei de Uso e Ocupação do Solo, não sendo necessariamente objeto de projeto de lei específico.

Da mesma forma, o zoneamento urbano poderá estar dentro do Plano Diretor ou dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

A regulamentação de instrumentos consagrados no Estatuto da Cidade (Transferência do Direito de Construir; Outorga Onerosa do Direito de Construir; Estudo de Impacto de Vizinhança) será feita caso se confirme a utilidade desses instrumentos em Vassouras.

A criação e regulamentação do Conselho da Cidade ou similar também poderá ser objeto de lei específica ou estar definida dentro do Plano Diretor.

Como decorrência do processo de trabalho poderá ser proposto também um Plano de Alinhamentos, para orientar a implantação de futuras vias ou adaptação no tempo daqueles componentes do sistema viário estrutural do município.

Dessa forma, observa-se que a forma legal a ser dada a esses conteúdos dependerá do próprio processo de revisão do Plano Diretor, com definição das propostas a serem incorporadas no Plano Diretor e da avaliação da melhor estratégia para conformação do novo quadro legal considerando a realidade institucional de Vassouras.



7. CRONOGRAMA

Legenda:
 Etapas ■ Atividades ■ Produtos ■ Visitas Técnicas ■ Oficinas ■ Audiências Públicas ■

Principais atividades	SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO				JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO				AGOSTO						
	7	14	21	28	5	12	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	28	4	11	18	25	1	8	15	22	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	21	28	5	12	19	26	2	9	16	23
ETAPA 1 - ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO																																																			
Visita Técnica 1 - reunião de apresentação e trabalho de campo	V1																																																		
Reunião inicial para instalação dos trabalhos																																																			
1ª Trabalho de campo																																																			
Definição de metodologia de revisão do PIV																																																			
Reunião com o IPHAN																																																			
Histórico e caracterização do município																																																			
Elaboração do Plano de ação para divulgação dos documentos produzidos																																																			
Definição das Oficinas Técnicas e Comunitárias e das Audiências públicas/ Especificação dos debates																																																			
Consolidação do cronograma e elaboração do Plano de Trabalho																																																			
Entrega do Produto 1 - Plano de Trabalho																																																			
Validação do produto pela Equipe Técnica Municipal																																																			
Entrega da versão revisada do Produto 1																																																			
ETAPA 2 - DIAGNÓSTICO - REALIDADE ATUAL E LEGISLAÇÃO VIGENTE																																																			
Levantamentos de informações técnicas, jurídicas e administrativas existentes																																																			
Mapeamento dos atores chave																																																			
Reunião com atores-chave																																																			
Visita Técnica 2 - Leitura Técnica e trabalho de campo																																																			
Realização da Oficina de Leitura Técnica 1																																																			
Realização da Oficina de Leitura Técnica 2																																																			
Criação do Site do Plano Diretor																																																			
Leituras técnica e jurídica																																																			
Visita Técnica 3 - Leitura Comunitária e trabalho de campo																																																			
Realização das oficinas de Leitura Comunitária																																																			
Reunião com atores-chave																																																			
Análise quanto às problemáticas, deficiências e potencialidades presentes no Município																																																			
Entrega do Produto 2a: Relatório de Diagnóstico - Plano Diretor Municipal e legislação urbana complementar																																																			
Entrega do Produto 2b: Relatório de Diagnóstico - Código de Obras e Posturas																																																			
Entrega do Produto 2c: Relatório de Diagnóstico - Plano de Mobilidade Urbana																																																			
Validação do produto pela Equipe Técnica Municipal																																																			
Publicação do documento para audiência pública																																																			
Visita Técnica 4 - audiência pública e encaminhamento das proposições																																																			
Realização da primeira audiência pública																																																			
Reunião com a Câmara de Vereadores																																																			
Entrega da ata referente à primeira audiência pública																																																			
ETAPA 3 - DISCUSSÃO DA REALIDADE ATUAL E ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSIÇÕES																																																			
Visita Técnica 4 - audiência pública e encaminhamento das proposições																																																			
Realização da Oficina de Leitura Técnica 3: discussão de implementação dos instrumentos urbanísticos																																																			
Elaboração de diretrizes gerais e temáticas																																																			
Elaboração de proposta preliminar de Macrozoneamento																																																			
Elaboração de proposta preliminar de Zoneamento Urbano																																																			

8. EQUIPE TÉCNICA

Os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipe de assessoria técnica formada por profissionais especialistas nos diversos campos do conhecimento e com a experiência necessária para a realização das atividades implicadas na elaboração dos Planos Integrados. A relação a seguir inclui os profissionais indicados no processo licitatório, de acordo com as funções então estabelecidas, bem como outros profissionais que foram agregados à equipe, de acordo com necessidades observadas pelo próprio IBAM para execução das atividades previstas. Ao longo do processo de trabalho, outros profissionais poderão integrar a assessoria.

Alexandre Carlos de Albuquerque Santos

Arquiteto e Urbanista

Formação:

- Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Universidade Santa Úrsula em 1974.
 - Pós-Graduação: Especialização em Desenvolvimento Urbano – ENSUR / IBAM, em 1978
-

Qualificação:

Superintendente de projetos nas áreas de Desenvolvimento Econômico e Social, Urbano e Meio Ambiente e Supervisão técnica e gestão de projetos nas áreas mencionadas, no Instituto Brasileiro de Administração Municipal, desde 2004. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo com ênfase nas seguintes: Concepção e avaliação de Propostas e Projetos, negociação com clientes e coordenação técnica e gerencial de trabalhos multidisciplinares (áreas de desenvolvimento social e urbano). Assessoria técnica a entidades governamentais nacionais e a organizações internacionais de fomento nos campos do Desenvolvimento Local, Social e Urbano. Elaboração e avaliação Projetos e Programas de Mobilização Comunitária para o desenvolvimento local, Gestão e avaliação de projetos e programas sociais Coordenação de equipes de elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Regional e de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Experiência de 30 anos em atividades didáticas de pós-graduação (coordenação de programas e projetos, módulos em cursos de pós-graduação, palestras em eventos, cursos de mestrado e em entidades públicas) nas áreas de políticas públicas urbanas e sociais, gestão e avaliação de projetos e programas.

Henrique Gaspar Barandier

Arquiteto e Urbanista

Formação:

- Arquiteto Urbanista, FAU/UFRJ em 1995.
 - Doutor em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ em 2015, com estágio doutoral no LATTs/ENPC, Université Paris-Est.
 - Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro/PROURB/FAU/ UFRJ em 2003.
-

Qualificação:

Experiência profissional de mais de 20 anos na área de planejamento e projeto urbano, com ênfase em política urbana, planos diretores e legislação urbanística; áreas centrais e patrimônio histórico e cultural; regularização urbanística e fundiária. É consultor técnico do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) desde 2003, integrando, desde janeiro de 2016, o quadro de funcionários do Instituto. Foi Coordenador de Ensino de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da ENSUR/IBAM (Escola Nacional de Serviços Urbanos) de 2006 a 2010. É pesquisador/colaborador do Laboratório de Projetos Urbanos do PROURB/UFRJ desde 1996. Tem experiência em coordenação de projetos, em participação de equipes multidisciplinares, processos participativos de planejamento, organização de eventos técnicos e científicos. Premiada pelo IAB-RJ (Instituto de Arquitetos do Brasil) em 2009 na categoria Patrimônio Cultural. Segundo colocado, na categoria Tese de Doutorado, no Prêmio IPP/Maurício de Abreu da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para dissertações e teses sobre a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana aprovadas entre 2015 e 2017.

Jessica Ojana Araújo Wili**Arquiteta e Urbanista****Formação:**

- Arquiteta e Urbanista, formada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2015.
- Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) - 2019 (em andamento)

Qualificação:

Em sua formação em arquitetura e urbanismo, participou de pesquisas nas áreas de habitação de interesse social, qualificação de espaços públicos e antropologia urbana. Compõe a equipe do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) há 5 anos, adquirindo experiência profissional na área de planejamento urbano, com ênfase em política urbana. Atuou em projetos de revisão de planos diretores (Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (RO) em 2018/2019 e Plano Diretor de Três Corações(MG) em 2017/2018 , elaboração do plano diretor da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (2016/2017) e dos planos de saneamento básico de Mesquita (RJ) em 2018 e de Porto Velho (em andamento), como assistente de coordenação e/ou na produção de documentos técnicos e mobilização social. É pesquisadora do Laboratório de Estudos da Cidade - Urbano/UFRJ.

Wallace Fernandes Pereira**Engenheiro Civil****Formação:**

- Engenheiro Civil graduado pela Faculdade de Engenharia da UFRJ – Ênfase em Engenharia de Transportes (2005)
- Mestre em Engenharia de Transportes PET/COPPE-UFRJ – Sistemas Inteligentes de Transportes/ITS (2007).

Qualificação:

Profissional especializado em consultoria na área de planejamento, avaliação e operação de sistemas de transportes, com aptidão em uso de softwares de modelagem/simulação de tráfego, trabalho em equipes multidisciplinares e coordenação de projetos. Atuação em atividades de modelagem macro e microscópica de tráfego; análise de capacidade viária; estudos de demanda e viabilidade econômico-financeira de projetos de transporte; estudos de otimização operacional de sistemas de transporte coletivo; gerência de projetos; planejamento; acompanhamento de implantação de projetos; capacitação e treinamento em softwares de simulação de tráfego.

Luciana Hamada

Arquiteta e Urbanista

Formação:

- Graduação: Arquitetura e Urbanismo FAU/Universidade Silva e Souza/RJ, 1997.
- Pós-Graduação: Mestre em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) - PROARQ/UFRJ, na área de concentração em Conforto Ambiental e Eficiência Energética.
- Pós-Graduada do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Eficiência Energética (2015), promovido pela European Energy Manager - EUREM/COPPEUFRJ/ Câmara de Comércio e Indústria Brasil Alemanha/AHK.
- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ), desde 2019.

Qualificação:

Desde 1997 integrante do quadro de funcionários do IBAM, é co-fundadora no Núcleo de Eficiência Energética da DUMA, desempenhando o apoio técnico e operacional nas ações de Gestão Energética Municipal, relacionadas à implementação da Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs) nos Municípios da área de concessão das concessionárias de energia elétrica, no âmbito dos Programas de Eficiência Energética - PEE. Responsável pela coordenação e organização das oito edições do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica, realizadas ao longo da parceria ELETROBRAS PROCEL e o IBAM. Responsável técnica na elaboração e divulgação dos Guias Técnicos publicados ao longo da parceria ELETROBRAS PROCEL e o IBAM. Responsável técnica pelo lançamento e pela consolidação dos trabalhos e do Escritório Técnico da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica, criado em 1998. Contribui com a linha de trabalho Planos Diretores em estudos nos campos do conforto ambiental, clima urbano, mudanças climáticas e códigos de obras e edificações.

Ricardo Moraes

Arquiteto e Urbanista

Formação:

- Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Universidade Gama Filho/UGF - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU. Rio de Janeiro/RJ -1982.
- Pós-Graduação: Metodologias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano. CEMUAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, Rio de Janeiro/RJ - 1988.

Qualificação:

Experiência em planejamento e projetos de arquitetura e obras desde 1979. Experiência como gestor público local na Prefeitura Municipal de Dourados/MS no período 1982-1987 nos setores de Planejamento Urbano (planejamento e gestão/plano diretor e legislação urbanística), Cadastro Imobiliário (recadastramento, mapeamento e informatização) e Gabinete do Prefeito (formulação e avaliação de leis e decretos). Experiência em consultorias para o desenvolvimento ambiental urbano local no Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, integrante do quadro técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/DUMA desde 1989, atualmente Supervisor Técnico do conjunto de trabalhos técnicos e pelo apoio gerencial à Superintendência DUMA. Temas focais: planejamento e gestão ambiental urbana, planos diretores e legislação urbanística, mobilidade e acessibilidade urbanas, conforto ambiental urbano no cenário das mudanças climáticas.

Eduardo Rodrigues Marins**Geógrafo**

Formação:

- Geógrafo graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (bacharelado e licenciatura) em 2015.
 - Especialização em Gestão Ambiental, ministrado pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro.
 - Especialização em Geoprocessamento, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas em 2018
-

Qualificação:

Geógrafo graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (bacharelado e licenciatura). Durante a graduação, atuou na linha de pesquisa do Grupo de Estudos de Solos Tropicais (GESOLT) com ênfase na recuperação de áreas degradadas por mineração e no uso e cobertura do solo. Tem diversos cursos nas áreas de Geoprocessamento, Geotecnologia e Resíduos Sólidos. Assistente Técnico da área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES) e da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Trabalha com geotecnologias na elaboração de material cartográfico, desenvolve e atualiza banco de dados em plataforma SIG, atuando principalmente em projetos com foco na gestão ambiental, sistema de informação geográfica, planejamento urbano, estudos socioambientais e desenvolvimento sustentável.

Patrícia Finamore**Engenheira Ambiental**

Formação:

- Engenheira Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009.
 - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ), desde 2018.
 - Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) em 2011.
-

**Qualificação:**

Experiência profissional na área de engenharia sanitária, com ênfase na gestão municipal dos serviços de saneamento, planos de saneamento básico; abastecimento de água, esgotamento sanitário e programas de resíduos sólidos. Tem experiência em participação de equipes multidisciplinares e processos participativos de planejamento. Atuou como engenheira da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) de 2011 a 2016, sendo responsável pela supervisão de obras civis e avaliação de projetos básicos e executivos de engenharia, pela condução de ações para a melhoria das condições sanitárias de comunidades tradicionais e de cooperação técnica para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Desde 2016 é consultora técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), atuando na elaboração de instrumentos de planejamento, sempre com o viés do saneamento básico, no desenvolvimento de programas de resíduos sólidos, na assessoria técnica a municípios do Bioma Amazônia e em processos de revisão de planos diretores. Coordenadora técnica no processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município de Mesquita/RJ (2017/2018) e no Plano de Saneamento Básico de Porto Velho/RO (em andamento). É colaboradora do Laboratório de Estudos das Águas Urbanas (LEAU) do PROURB/UFRJ.

Bernardo Mercante Marques**Sociólogo****Formação:**

- Cientista Social formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ, 2006).
- Mestre em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ, 2010.
- Doutorando em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ (2019 em andamento).

Qualificação:

Experiência profissional na área de planejamento territorial, desenvolvimento local e políticas públicas. Atua como consultor técnico no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) desde 2007 com assessoramento de projetos voltados para desenvolvimento de articulação e arranjos institucionais para o desenvolvimento local e regional. Atuou no Instituto Virtual de Mudanças Globais, da Fundação Coppetec, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IVIG/COPPE/UFRJ) com projetos de planejamento urbano. É membro do Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU) do PROURB/UFRJ.

Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues**Advogado****Formação:**

- Advogado, Bacharel em Direito pela Universidade Candido Mendes em 1999
- Doutor em Direito da Cidade pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2009
- Mestre em Direito da Cidade pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2009

Qualificação:

Doutor em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Advogado, com Bacharelado em Direito pela Universidade Candido Mendes. Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua nas diversas áreas do Direito Civil, no Direito Urbanístico e no Planejamento Urbano. É consultor em Política Urbana e Direito Urbanístico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), participando como Consultor Jurídico na Revisão do Plano Diretor e legislação urbanística do Município de Porto Velho/RO, entre 2018 e 2019; Revisão do Plano Diretor e legislação urbanística do Município de Três Corações/MG entre 2017 e 2018; Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, entre 2016 e 2018; Elaboração do Plano Diretor e legislação urbanística de Campos dos Goytacazes/RJ, entre 2006-2007; e Revisão do Plano Diretor de Santo Antônio de Pádua/RJ, em 2006.

Michelle Valle

Arquiteta e Urbanista

Formação:

- Arquiteta e Urbanista formada no Centro Universitário Geraldo Di Biase em 2014.

Qualificação:

Durante a graduação, realizou estágio voluntário no setor PROJETE da Prefeitura Municipal de Vassouras; no Escritório Técnico Médio Paraíba/IPHAN, em Vassouras, por quase 2 anos; e em outros escritórios de arquitetura especializados em projetos de conservação e restauro. Formada, ingressou na profissão participando de obras e projetos inscritos no PAC Cidades Históricas, incluindo o escritório Archi5, trabalhando na coordenação de equipe e trabalhos locais em Vassouras. No ano de 2017, participou junto com o arquiteto Annibal Magalhães, da elaboração do inventário arquitetônico das estações ferroviárias de Valença/RJ, material publicado pela Superintendência de Museus em 2019. Atualmente, leciona no curso técnico de Conservação e Restauro de Obras Arquitetônicas, na Faetec de Vassouras, e ainda, realiza a prestação de serviços autônomos com projetos de arquitetura, obras e assuntos correlatos.

Ana Carolina de Souza

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Formação:

- Estudante de Arquitetura e Urbanismo na FAU-UFRJ desde 2014
- Intercâmbio Bilateral na Escuela de Arquitectura y Diseño da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile

Qualificação:

Cursando Arquitetura e Urbanismo, realizou intercâmbio bilateral na Escuela de Arquitectura y Diseño da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, no Chile, durante um ano (entre setembro de 2016 e setembro de 2017). Entre 2017 e 2018, foi bolsista PIBIC no Grupo de Pesquisas de Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ) e foi voluntária da Organização Social TETO - RJ. É estagiária do Instituto Brasileiro de Administração Municipal desde 2018, na área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, auxiliando na revisão do



Plano Diretor de Porto Velho/RO, de 2018 a 2019; no curso de Capacitação e Guia de Implementação da NAU e dos ODS em Política, Planejamento e Gestão Urbana Municipal, em parceria com a GIZ, em 2019; e, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Velho/RO (em andamento).

Giovanna Cavalcanti de Carvalho **Estagiária de Engenharia Ambiental**

Formação:

- Estudante de Engenharia Ambiental na Escola Politécnica da UFRJ desde 2015
 - Técnica em Edificações - CEFET-RJ
-

Qualificação:

Cursando Engenharia Ambiental na Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Formada no curso Técnico em Edificações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ em 2015. Entre 2016 e 2017 foi estagiária da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, atuando na Coordenadoria de Arquitetura, Projetos e Obras no acompanhamento de licitações e elaboração de plantas de arquitetura em AutoCAD. Em 2019 foi estagiária na Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), atuando na Assessoria de Gestão Ambiental em recursos hídricos. Entre 2019 e 2020, foi bolsista PIBITI no Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA/Centro Clima). É estagiária do Instituto Brasileiro de Administração Municipal desde 2020, na área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, auxiliando na elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Porto Velho/RO (em andamento) e na revisão do Plano Diretor de Maricá/RJ (em andamento);

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br